



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA
25 DE NOVEMBRO DE 2016
REUNIÃO AMPLIADA DO SETOR DA PESCA DE SANTA
CATARINA COM A PRESENÇA DO SENHOR MINISTRO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO,
SENHOR BLAIRO MAGGI

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) -
Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia a
todos!

O Fórum Parlamentar Catarinense realiza hoje uma
reunião ampliada do Setor da Pesca de Santa Catarina,
com a presença do senhor ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento, senhor Blairo Maggi e
equipe do ministério, incluindo os dirigentes da
Secretaria Nacional da Pesca e Aquicultura.

A realização deste evento foi proposta pelo
deputado federal Esperidião Amin e acolhida pelo
Fórum e pelo senhor ministro, prosseguindo as ações
já desenvolvidas pela bancada federal catarinense em
apoio ao setor.

O objetivo desta reunião é apresentar
alternativas para solução dos graves problemas que
afetam a todos os envolvidos com atividade pesqueira
no estado de Santa Catarina e, principalmente,
apontar caminhos para evitar os transtornos ocorridos
nos anos de 2015 e 2016.

Neste momento, convido para compor a mesa de
honra as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor deputado federal Esperidião
Amin;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento, senador Blairo Maggi;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual, Silvio
Dreveck, neste ato representando o presidente da



Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado estadual Gelson Merisio;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor vice-presidente da comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado estadual Patrício Destro;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor secretário de estado da Agricultura e da Pesca, Moacir Sopelsa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor senador da República, Dário Berger;

(Palmas)

Senhor presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Ivo Silva;

(Palmas)

Senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pescas de Santa Catarina, Eros Aristeu Martins;

(Palmas)

Senhor secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Dayvson Franklin de Souza;

(Palmas)

Senhor presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região, José Jorge Neves Júnior;

(Palmas)

Senhor diretor de Desenvolvimento, Carlos Henrique Ramos Fonseca, neste ato representando o senhor presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc, Glauco José Côrte;

(Palmas)

Senhor coordenador-geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama, João Pessoa Riograndense Moreira Júnior;

(Palmas)

Registramos também a presença das seguintes autoridades:



Excelentíssimo senhor deputado estadual Rodrigo Minotto;

Senhor vereador do município de Itajaí, Fernando Pegorini;

Excelentíssimo senhora deputada federal Carmen Zanotto;

Excelentíssimo senhor deputado federal Celso Maldaner;

Excelentíssimo senhor deputado federal Valdir Colatto;

Excelentíssimo senhor segundo-vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Leonel Pavan;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Luiz Fernando Vampiro;

Excelentíssimo senhor deputado federal Rogério Peninha Mendonça;

Excelentíssimo senhor membro da comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa, deputado estadual José Milton Scheffer;

Excelentíssimo senhor deputado estadual João Amin;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Gean Loureiro;

Excelentíssimo senhor secretário municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura, William Costa Nunes;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Belmonte, Genésio Bressiani;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Porto Belo, Evaldo Guerreiro;

Excelentíssimo senhor secretário adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Airton Spies;

Excelentíssima senhora prefeita do município de Bombinhas, Ana Paula da Silva;



Excelentíssimo senhor vice-prefeito do município de Bombinhas, Paulo Henrique Dalago Müller;

Senhor presidente da comissão de Pesca, Maricultura e Assuntos do Mar da Câmara de Florianópolis, vereador Vanderlei Farias;

Senhor presidente da comissão de Pesca e Meio Ambiente de Itajaí, vereador Clayton Batschauer;

Senhor vereador do município de Florianópolis, Celso Sandrini;

Senhor vereador do município de Porto Belo, Frank Max Marques;

Senhor vereador do município de Itapema, Fabrício Lazzari;

Senhor vereador do município de Florianópolis, Marcelo da Intendência;

Senhor vereador eleito do município de Florianópolis, Renato da Farmácia;

Senhor presidente do Sindicato da Pesca de Florianópolis, Konstantinos Meintanis o Grego;

Senhor presidente do Sindicato dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, Juarez Tadeu dos Santos;

Senhor presidente da Associação dos Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina, Ricardo João do Rego;

Senhor presidente da Epagri, Luiz Ademir Hessmann;

Senhora presidente do Inmetro - Santa Catarina, Elizabete Fernandes;

Senhor presidente da Colônia de Tijucas, Valdir José Mafra;

Senhor presidente do Sindicato dos Pescadores Profissionais do Complexo Lagunar de Águas Doces e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí, Imbituba, Garopaba e Jaguaruna, Gilberto da Silva;

Senhor presidente da Associação de Pescadores de Ponta das Canas, Lagoinha e Praia Brava, Valdori Alci de Almeida;

Senhor presidente da Colônia de Pescadores Z-23 de Biguaçu, Nelson César de Oliveira;



Senhor presidente da Colônia de Pescadores Z-33 e vereador do município de Balneário Rincão, João Picollo;

Senhor vice-presidente da Fepesc, Adriano Delfino Joaquim;

Senhor superintendente do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, Paulo Henrique Ferreira;

Senhor coordenador do Laboratório Oficial Lacqua do ministério da Agricultura de Itajaí, Mathias Alberto Schramm;

Senhor diretor de cooperativismo e agronegócio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Athos de Almeida Lopes Filho;

Senhor gerente de pesca e aquicultura da Secretaria de Estado, José Sebastião Marcatti;

Senhor gerente do Centro de Aquicultura e Pesca da Epagri, Fabiano Muller Silva;

Senhor Solon Soares, neste ato representando os praticantes de pesca subaquática de Santa Catarina.

Para iniciar os trabalhos desta reunião ampliada, passamos a palavra ao deputado federal Esperidião Amin, que coordenará a reunião por designação do coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, senador Dalirio Beber.

Com a palavra o excelentíssimo senhor deputado federal Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Bom-dia a todos!

Não vou repetir a nominata de autoridades, mas quero saudar a todos na pessoa do senhor ministro da Agricultura e Pesca, senador Blairo Maggi.

Saudar todas as autoridades aqui presentes, especialmente os integrantes do Fórum, reiterando a saudação já feita na relação.

Quero cumprimentar o representante do ministério do Meio Ambiente, doutor João Pessoa Riograndense Moreira, que aqui está conosco num gesto importante do ministro do Meio Ambiente.



Cumprimentar a todas as demais autoridades, tanto do ministério da Agricultura, do setor produtivo, procurando abreviar a nossa introdução, especialmente os nossos companheiros do Fórum Parlamentar, quero fazer um brevíssimo histórico.

Na primeira quinzena de outubro, encontramos com o senhor ministro da Agricultura, em São Francisco do Sul, e no lastro de tudo o que nós temos ouvido e assistido nos últimos dois anos, nas Câmaras de Vereadores, na Assembleia Legislativa, só pra lembrar: começamos o ano de 2015 com o bloqueio do Porto de Itajaí em função da edição da Portaria n. 445, era o motivo imediato; neste ano por conta do calendário político e do calendário administrativo, bem como o calendário natural, vivemos grandes transtornos, os últimos deles em reuniões presididas pelo ministro Blairo Maggi.

Então, ocorreu-nos fazermos esta reunião, não para resolver os problemas, mas para iniciar, creio que pela primeira vez, um diálogo preventivo, isto é, antes dos problemas estourarem temos este primeiro encontro.

Eu quero agradecer penhorado ao ministro Blairo Maggi, pela sua determinação, pela sua decisão naquela ocasião tomada, exatamente no dia de Santa Catarina, hoje é o dia de Santa Catarina de Alexandria, padroeira do nosso estado, para estarmos reunidos aqui, congregando pescadores artesanais, representantes da pesca industrial e profissional, parlamentares, setor produtivo, resumido na Federação das Indústrias, da Agricultura, o governo do Estado, o governador que enviou uma saudação e está aqui representado pelo nosso prezado secretário Moacir Sopelsa, a Assembleia Legislativa, aqui representada pelos deputados e pelo deputado Silvio Dreveck, todos os deputados estaduais, enfim, todo esse time que está aqui reunido. Acho que todos nós temos a obrigação de compreender de que esta é uma reunião preliminar e a importância dela se traduz na sua



presença, na presença do representante do ministério do Meio Ambiente, para que haja um diálogo construtivo e, como disse, preventivo em relação às dificuldades que normalmente se pode esperar, mas não precisam ser agravadas pela imprevidência.

Então, essa é a minha palavra de saudação e eu abro a palavra para os representantes do Fórum que estão aqui presentes, pedindo apenas para que cada qual dentro da sua autonomia seja tão breve quanto possível na colocação.

Convido para fazer uso da palavra o senador Dário Berger e assim conseqüentemente aos demais deputados federais.

O SR. SENADOR (Dário Berger) - Muito bom-dia a todos!

Quero saudar com satisfação o ministro Blairo Maggi, que também é Senador da República, com quem tenho profundo apreço e mais do que isso, admiração. Durante os primeiros dias, os primeiros meses e até boa parte dos primeiros anos no Senado Federal convivemos juntos, por isso o conheci melhor e posso assegurar a todos vocês que se trata de uma pessoa extremamente competente, dedicada e que temos hoje uma grande oportunidade de enfrentar os nossos problemas e tentar resolver em função dessa pessoa que ocupa o ministério da Agricultura.

Também saudar o deputado Esperidião Amin, que coordena esse trabalho; cumprimentar os nossos deputados federais, Rogério Peninha Mendonça, Celso Maldaner e Edinho Bez; também a deputada federal Carmen Zanotto, enfim, todos os nossos representantes do Fórum Parlamentar.

Quero, já de antemão, mencionar que recebi essa importante missão de justificar aqui a ausência dos senadores Dalirio Beber e Paulo Bauer, que se encontram em Brasília hoje, num encontro nacional do partido ao qual eles pertencem. Eles pediram que transmitisse aqui um abraço e me solicitaram que, na medida do possível, eu pudesse de certa forma



representá-los institucionalmente como membros do Senado Federal.

Da mesma forma, quero saudar os deputados estaduais na pessoa do ex-senador e também prestar uma homenagem ao deputado estadual Leonel Pavan, que foi também governado.

Cumprimentar o deputado estadual e secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa; e em nome dessas pessoas saudar todos os membros que compõem a mesa e, sobretudo, todos os nossos colegas, amigos, guerreiros, pescadores de Santa Catarina.

Ministro, a economia de Santa Catarina é forte e diversificada e o nosso estado se destaca em várias atividades econômicas como número um, digamos assim, em produção. Quero destacar que o setor pesqueiro exerce realmente um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, assim como outras atividades, uma vez que Santa Catarina é o maior produtor de pescados do Brasil.

V.exa., que foi governador, que é senador, que foi parlamentar, que é empresário bem sucedido na iniciativa privada, na atividade pública, e agora ministro, consegue mensurar exatamente os conflitos que acabaram advindo do setor pesqueiro, que ao longo da sua história foi criado inclusive o ministério da Pesca. E esse setor, na minha opinião, foi praticamente destruído ao longo dos últimos meses e dos últimos anos. Deixaram a atividade pesqueira, que é uma atividade importante economicamente e socialmente falando em Santa Catarina, num desprezo jamais visto na história de Santa Catarina e do Brasil.

O que nós desejamos aqui hoje é discutir verdadeiramente os problemas em Santa Catarina. Nós, pescadores, não queremos privilégios, mas nós precisamos de respeito, regras claras, objetivas, definidas, para que as pessoas possam efetivamente exercer o seu papel e trabalhar com dignidade.



Recebi agora a informação de que a Capitania dos Portos volta a exercer o seu poder de polícia junto aos pescadores, que efetivamente são abordados, são multados e evidentemente que nós não temos uma segurança jurídica para poder trabalhar.

Eu, várias vezes, inclusive, conversei com o Ministro a respeito desse assunto, fiz até alguns pronunciamentos no Senado Federal a respeito das tais licenças que no final acabaram não saindo, junto com os nossos deputados federais, o Fórum Parlamentar e etc. E agora nós estamos prestes a chegar numa nova temporada de pesca e nesse contexto o nosso objetivo aqui não é outro, senão buscar os encaminhamentos necessários para que os pescadores de Santa Catarina possam ser efetivamente respeitados. Razão pela qual, lutamos por uma licença única para pescadores artesanais. Precisamos discutir os verdadeiros problemas da categoria como as questões das carteiras, as demandas dos pescadores profissionais, as licenças das embarcações que, efetivamente, possam exercer as suas atividades, também discutirmos a Portaria Ministerial n. 445 e as suas implicações e na pesca industrial, pois precisamos ter uma definição objetiva acerca desse assunto.

É nesse sentido que eu participo desta reunião, na esperança de que possamos discutir e assim possa nascer os encaminhamentos necessários para que tenhamos encaminhamentos seguros, segurança jurídica adequada para continuarmos trabalhando e para sustentar a *pole position* de Santa Catarina como produtora de pescados no Brasil. O que é muito importante para todos nós!

Então, preliminarmente, era essa a saudação que eu queria fazer, já transmiti a minha preocupação para que possamos fazer os encaminhamentos necessários para estabelecer a tão sonhada segurança jurídica para podermos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Senhor ministro, até seguindo o seu exemplo,



vamos facultar a palavra aos nossos integrantes do Fórum, esta é uma reunião do Fórum, vou seguir a ordem catarinense, pedindo apenas aos nossos deputados e deputada que sejam tão breves quanto for possível e concedo, por isso, por um hábito catarinense, prioridade às mulheres.

Registro a presença do prefeito de Itajaí, senhor Jandir Bellini, que vivenciou aquele drama que citamos, anteriormente.

Com a palavra a sra. deputada federal Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL (Carmen Zanotto) - Quero saudar o deputado Esperidião Amin, que neste ato representa o nosso coordenador do Fórum, senador Dalírio Beber, em seus nomes saudar todos os colegas do Fórum, todos os deputados estaduais, prefeitos; o senhor ministro Blairo Maggi, em seu nome todas as demais autoridades já nominadas.

Eu serei muito breve e quero dizer que já me sinto absolutamente contemplada pela pauta levantada pelo nobre deputado Esperidião Amin e pelo senador Dário Berger.

Eu acho que nós precisamos muito mais do que falar, ouvir para que possamos ter soluções breves, preventivas e definitivas para o setor pesqueiro do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Com a palavra o deputado Rogério Peninha Mendonça.

O SR. DEPUTADO FEDERAL (Rogério Peninha Mendonça) - Saúdo o nosso ministro Blairo Maggi, o deputado Esperidião Amin e a todos os componentes da mesa.

Quero dizer que o problema da pesca catarinense é muito fácil de resolver. O problema basicamente está no quê? Excesso de burocracia, excesso de papel, excesso de etapas e trâmites e excesso de corporativismo. Na verdade, o importante é que o



estado quanto menos se meter, quanto menos se envolver, menos atrapalha e mais ajuda.

[Degravação: Marina]

É necessário coragem, coragem para descentralizar. Descentraliza-se aqui para a superintendência, inclusive falava com o Jacir Massi que muita coisa tem sido feito nesse sentido em termos de facilitação de todos os trâmites dos processos e licenças necessárias, e se o ministério não puder fazer passa para a secretaria da Agricultura de Santa Catarina que a coisa rapidamente vai ser resolvida. No mais, temos que fazer a nossa parte lá, em Brasília, na Câmara, no Senado e o Ministério, mas, basicamente, senhor ministro é coragem. E parece-me que v.exa., pelas audiências que tivemos, possui coragem para isso. Então, vá em frente, tenha coragem, facilite, descentralize, porque aí, sim, a pesca de Santa Catarina não vai precisar de mais ninguém e vai fazer a sua parte sozinha.

Muito obrigado senhor ministro!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Com a palavra o deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO FEDERAL (Valdir Colatto) - Senhor ministro Blairo Maggi, cumprimentá-lo e agradecer por sua vinda aqui em Santa Catarina, com certeza muito importante e significativa para o nosso setor de pesca e outros setores também. Tenho certeza de que senhor virá, já está marcado para o dia 15 em Chapecó, para trabalhar a agroindústria.

Eu queria cumprimentar o deputado Espiridião Amin, que está representando nosso Fórum, em nome do Dalirio Beber; e o senador Dário Berger que já fez um discurso para a bancada, assim como o deputado Rogério Peninha Mendonça e pela deputada Carmem Zanotto.



Quero dizer que realmente v.exa. ter vindo aqui foi muito importante. Importante porque veio com a equipe, com os técnicos, com o secretário, veio em uma reunião de trabalho para fazer essa parte política de contato aqui com o setor da pesca.

Gostaria de cumprimentar a todos que fazem esse grande trabalho importante em Santa Catarina, o primeiro lugar da pesca no Brasil.

Também quero cumprimentar os deputados estaduais e federais, em especial o deputado Moacir Sopelsa, que é o nosso secretário, e em seu nome a Epagri, a Sidasc; enfim, o ministério da Agricultura através do senhor Jacir Massi e de toda a equipe.

Quero dizer que nós precisamos realmente que o ministério da Agricultura assuma a gestão da Pesca em Santa Catarina e leve o que falta levar da pesca para o ministério da Agricultura, o que, aliás, nunca deveria ter saído de lá, porque com certeza, nós temos a organização, temos a questão sanitária que todo o processo anda ali e está dissociado desse processo.

Mas, sr. ministro, quero agradecer a v.exa. por esse programa que eu entendo da maior importância no Brasil que é o Agro Mais. O Agro Mais que é a desburocratização da nossa agricultura.

Eu fiz um desafio com o nosso secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, para que crie aqui em Santa Catarina, pois vários estados já criaram, precisamos develar o lançamento do convênio da Frente Parlamentar da desburocratização, sou o presidente do ministério da Agricultura. Precisamos avançar na desburocratização. Por exemplo, ministro, nós não podemos mais aceitar que uma ordem de Brasília não seja aceita por um técnico aqui em Santa Catarina. Um técnico de Santa Catarina possa legislar. Legislar é um Congresso que faz, é a nossa Casa Legislativa, Assembleias, as Câmaras de Vereadores, Nós precisamos respeitar a lei, nós temos



que institucionalizar de novo essa questão da legislação.

Só para citar um caso: uma ordem de Brasília, às vezes, não é reconhecida por um técnico aqui, por um produto que é autuado no supermercado, você fecha uma fábrica de 1.500 funcionários. Isso é inadmissível! Isso não tem bom senso, não tem praticidade! Nós precisamos avançar, o Brasil precisa andar. E nós precisamos que isso aconteça. Eu tenho certeza de que, nas suas mãos, as coisas vão andar. V.exa. é um trabalhador, é um homem que faz, um homem que produz, que conhece o dia a dia, é isso de que precisamos. Precisamos por a mão na massa, produzir e realmente apoiar aqueles que produzem, que trabalham, pagam impostos e geram emprego. Isso é o que o Brasil precisa!

Obrigado ministro e toda equipe!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Com a palavra o sr. o deputado Celso Maldaner.

O SR. DEPUTADO FEDERAL (Celso Maldaner) - Cumprimento o Ministro Blairo Maggi, e em seu nome saúdo todas as autoridades já nominadas pelo protocolo; também todos os colegas, especialmente os pescadores, que são o objetivo desse encontro no dia de hoje.

Com certeza, o ministro dia 15 de dezembro estará lá em Chapecó, que é a nossa capital do extremo oeste, do oeste catarinense, na produção de suínos, aves e leite, onde na ocasião escutará que falta a ligação da ferrovia do estado do Mato Grosso para Santa Catarina, para viabilizar as nossas agroindústrias. Precisamos da produção do Mato Grosso para sustentar a nossa região, grãos, soja e etc.

Eu diria que é mais simples, e acho que o deputado Peninha foi muito feliz nas suas colocações. Não precisamos de ferrovia e de rodovia, nós queremos



é desburocratizar e deixar trabalhar. Se o ministro lá em Itajaí conhecer as agroindústrias que possuem em Itajaí, até com três mil funcionários, o que é um potencial e que é um orgulho para Santa Catarina, o setor da pesca.

Então, acho que foi dito tudo ministro: É deixar trabalhar!

Então, ministro que é que nós precisamos aqui? Nós conhecemos a sua decisão que defende o setor produtivo. O que precisa é levantar a autoestima da nossa gente. Eu sempre digo que a característica mais importante para termos sucesso na vida é ter autoestima elevada. Agora imagina como é que está a autoestima dos nossos pescadores e das nossas indústrias em Santa Catarina com tudo o que aconteceu no passado.

Então nós temos que retomar o caminho do desenvolvimento. Apoiar esse setor tão importante para Santa Catarina e para o Brasil.

Parabéns ministro!

Nós queremos ouvir aqui são os nossos pescadores. Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Antes de passar a palavra ao deputado Edinho Bez, permito-me, deputado Celso Maldaner, fazer dois comentários.

Primeiro, todos nós sabemos da necessidade do abastecimento de milho principalmente, também da soja para a nossa agroindústria. O ministro não vai lhe responder para não se comprometer, porque alguém vai dizer que é para exportar para Santa Catarina o milho e a soja que ele produz. E

Gostaria também corrigir v.exa., no dia 14 de dezembro, quando o ministro estiver chegando a Chapecó, esta não será a capital do oeste, vai ser a capital da América do Sul, porque a Chapecoense já terá sido campeã.



(Palmas)

Com a palavra o sr. deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO FEDERAL (Edinho Bez) - Gostaria de cumprimentar o Esperidião Amin, nosso deputado federal, representante do Fórum Parlamentar catarinense nessa oportunidade; cumprimentar o Dário Berger, nosso Senador da República; o Moacir Sopelsa, nosso secretário da Agricultura; e o nosso colega deputado estadual, o Blairo Maggi, nosso ministro da Agricultura; enfim, sintam-se cumprimentados deputados estaduais e federais e respectivos do setor.

É um tema que nós estamos falando muito em Brasília, e esta vinda do ministro é bastante oportuna. O Brasil tem uma costa marítima de 8.500Km e não vem correspondendo em termos de atenção do governo federal. Obviamente, estende-se aos governos estaduais, municipais. Mas em Santa Catarina - e foi dito pelos meus colegas que aqui me antecederam, já lembraram a importância -, nós temos a questão de Itajaí, por exemplo, a indústria onde, muitas vezes, os técnicos - e não estamos questionando a capacidade técnica de ninguém -, mas, às vezes, falta bom senso de investimentos que existem, precisamos retomar o crescimento do país. Não é brincadeira o que está acontecendo.

O Banco do Brasil fechando centenas de agências, ajustando-se obviamente. Mas nós precisamos contar com um pouquinho mais de bom senso por parte dos técnicos do Brasil, não defendo nada irregular, nada disso. Mas, por exemplo, que se constatar uma pequena irregularidade que dê uma oportunidade e que se aplique uma advertência, mas que não pare.

Laguna no sul do estado, complexo lagunar, nós temos vários pescadores profissionais, temos pescadores artesanais, temos mais de oito mil pescadores profissionais da área no complexo lagunar, também em Passos de Torres onde começa até a divisa com o Paraná. Temos participado de inúmeras reuniões



e a reclamação ministro é por um pouco de sensibilidade por parte dos técnicos que, às vezes, estão cumprindo a lei, ninguém está questionando, mas acho que o bom senso - meu pai me ensinou - sempre se deve ter. O homem pode fazer tudo, homem e mulher obviamente, pode fazer tudo o que quiser na vida e, muitas vezes, quando esbarrar na legislação e não tiver saída, aplique, use o bom senso, que se der problema terá conserto.

Ministro seja bem vindo e conte conosco!

Um abraço, e parabéns pela iniciativa!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Agradecendo as palavras do deputado Edinho Bez, quero reiterar que justifico a ausência dos demais parlamentares, especialmente dos senadores Paulo Bauer e Dalirio Beber que estão ainda em Brasília participando de um evento partidário e dos deputados federais que justificaram as suas ausências.

Eu vou conceder agora a palavra, muito brevemente, ao representante do Sindipi que falará também em nome da Fiesc, o senhor Jorge Neves.

O SR. JOSÉ JORGE NEVES JUNIOR - Bom-dia a todos!

Saudações! Sinto-me em casa, Brasília, porque o vejo o senhor ministro que nos atende muito bem, o secretário da pesca; o Márcio que estava compenetrado, o Samir e todos os outros.

Gostaria de dizer a todos os presentes que é um prazer receber o nosso ministro que nos escuta, atende-nos bem, os secretários também. Mas também quero dizer que é impossível uma secretaria com tão pouca gente, desculpe ministro, mas o senhor e ninguém vai conseguir controlar a pesca industrial, artesanal, ornamental, aquicultura e outras tantas. Somente o nosso sindicato possui diretamente quase 20 funcionários e muitas vezes deixamos a desejar.



Então, já tivemos contato com a Fiesc que tanto tem nos apoiado. Já conversamos com o nosso superintendente do estado de Santa Catarina, o senhor Jacir Massi; o sr. Fernando, a sra. Angelina, todos têm nos ajudado muito. Mas eles estão com a caneta na mão sem tinta. Caneta na mão sem tinta não resolve. Quero caneta com tinta!

Então, precisa sim de fato, como todos vocês falaram, parece que vocês copiaram os ofícios que eu mandei este ano todo para Brasília, de todas as falas que teve aqui, inclusive a sua, está tudo documentado, peço sim, reintegro o pedido para a descentralização o que for da pesca do nosso estado de Santa Catarina, em geral, estou falando em nome de todos nós aqui, que traga para a Santa Catarina, poupará, além de tempo, custo e agilidade. Nós estamos numa atividade que precisa ser rápida. Nós dependemos do tempo, do cardume e da lua. Nós dependemos de gelo e óleo. Nós não podemos programar que o barco irá sair daqui a cinco dias, saímos quando a lua está boa, o tempo está bom. Então está faltando agilidade da parte do nosso Mapa - que eu espero que nos receba muito bem.

Eu fiquei muito contente quando fomos para um mistério forte, evolutivo, que é o que pesca precisa. A pesca é um alimento bom, é saudável, não é problema para o nosso país, é solução, emprego, alimento, social e impostos.

Quero dizer que também faço parte do Conepe, onde sou diretor da região Sul, e sempre quando reivindico algo, peço para as quatro regiões da nossa Costa, estamos todos juntos.

Agradeço a todos os presentes!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Concedo a palavra ao presidente da Federação dos Pescadores, que são realmente os mais numerosos aqui dentro, o sr. Ivo Silva.



E como Santa Catarina é a padroeira dos navegadores, uma salva de palmas para os nossos pescadores aqui presentes.

(Palmas)

Pescador nunca mente, no máximo, no máximo, exagera.

O SR. IVO SILVA - Eu quero cumprimentar o ministro Blairo Maggi; todos os membros da mesa; pescadores, e as colônias de pescadores.

Eu quero citar cinco itens aqui, sr. ministro, para a pesca no estado Santa Catarina. Já foi dito que Santa Catarina é o principal produtor de pescado do Brasil, e que a pesca artesanal comporta com 80% da sua produção. Nós temos dois problemas sérios aqui em Santa Catarina para serem resolvidos. Problema este que foi criado pelo próprio governo. O problema da rede anilhada, onde os pescadores pescavam tranquilos com mais de 30 anos, e depois o ministério inventou que era uma modalidade moderna, e que os pescadores não poderiam pescar. Nós viemos trabalhando há mais de cinco anos para que os pescadores pesquem tranquilos com essa modalidade de pesca. Depois, foi colocadas regras, onde as embarcações acima de 10 toneladas, ainda ao contrário às normas da Capitania dos Portos, que quem trabalha no oceano precisa ter convés e casaria, porque é a segurança da navegação.

Outro problema sério é da pesca do arrastão de praia, onde há mais de 50 anos, tem gente centenária, que foi limitada também em três meses, mas que sempre trabalhou anualmente. Foi determinado também, agora, que o pescador tivesse somente uma licença de pesca, ou seja, rede boiada ou rede de fundo. Assim não dá para se trabalhar em Santa Catarina, mas o estado é o mais organizado do país. Como fui Presidente da Confederação várias vezes, visitei vários gabinetes dos deputados e senadores aqui estão, pedindo para que entendessem que os pescadores artesanais de Santa Catarina não podem viver só com a espécie. Isso é o



mesmo que obrigar um empresário, que tem uma loja de R\$ 1,99, a vender somente bolinha de gude. O pescador tem que pegar tainha, anchova, papa terra, ir para a pesca da lula para poder sobreviver. Os pescadores ficam ansiosos sem saber se este ano irão pescar ou não, por isso ficam brigando com as entidades, pescador contra pescador. Às vezes, o pai está na praia e o filho na embarcação, porque o governo não faz o gerenciamento pesqueiro, não tem um ordenamento para conseguir fazer com que os pescadores pesquem tranquilamente.

Outra questão são as colônias de pescadores, desde Itapoá até Passo de Torres, que são mais de 300Km de distância, que precisam trazer os documentos para o ministério. E o ministério da Agricultura não tem condições de atender, porque não tem estrutura, não tem funcionários. É preciso estruturar esse órgão.

Quero dizer que o pescador não faz manifestação para pedir emprego, ele só quer trabalhar. Nós queremos pescar dentro da nossa dignidade para sustentar a nossa família.

Depois vamos nos reunir para escutar os pescadores que aqui estão e todas as organizações.

Teve pescador com a carteira cancelada, e com esse cancelamento não podem acessar os programas do governo, não podem tirar o Pronar, o seguro desemprego, a aposentadoria, o especial, porque o ministério da Pesca terminou e os pescadores não foram informados.

Eu gostaria que os deputados federais e deputados estaduais, também todos aqueles que fazem parte, escutassem os pescadores, porque além de ser uma profissão difícil, que tem que trabalhar dia e noite, enfrentando vento e chuva, ainda precisa enfrentar toda essa burocracia.

Gostaria ainda de entregar um documento para o ministro.

(Procede-se à entrega do documento.)



Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Antes de passar a palavra ao representante do governo, que é o secretário Moacir Sopelsa, e também de ouvirmos a saudação do representante do Ibama, quero registrar a presença entre nós, do ex-deputado Edson Andrino, que representa os políticos com mais experiência de pesca aqui no nosso estado, além de ser um lutador pela questão dos terrenos de Marinha.

Peço uma salva de palmas.

(Palmas)

Concedo a palavra ao representante do Ibama, o sr. João Pessoa Riograndense Moreira Junior.

O SR. JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE MOREIRA JUNIOR - Bom-dia a todos!

Gostaria de cumprimentar inicialmente o ministro Blairo Maggi, em nome do qual cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Gostaria de agradecer também ao deputado Esperidião Amin pelo convite feito ao ministério e ao Ibama para que se fizessem aqui presentes.

A nossa presidente não pôde comparecer e me indicou para participar. Coordeno toda a área de pesca e fauna no Ibama. E como também o representante do ministério não pode comparecer o ministro designou que eu representasse também o ministério.

Acho que essa agenda de pesca é importantíssima. Eu vejo o Ibama como um ator que subsidia o ministério do Meio Ambiente nas questões ambientais e é o responsável pela fiscalização.

O que nós fizemos de objetivo? Nós levamos ao ministério da Agricultura uma pauta para que nós possamos avançar nessa questão da pesca. [Degravação: Cinthia]

É uma pauta importante. Nós fomos muito bem recebidos pelo secretário Adjunto e pelo secretário da Pesca, na reunião. E eu acho que é isto, como uma



estrutura mais enxuta o ministério da Agricultura consiga destravar essa gestão.

Nós estamos ao lado, somos propositivos, e temos que entender o papel da autarquia, que é de fiscalização, em especial. Então, o que fiscaliza o Ibama? A regra aqui está posta. O que precisamos atualizar com urgência as regras que estão aí? Eu estava conversando com a superintendente do Ibama aqui no estado, que está também presente, a Cláudia, que temos regras do Ibama de 90, 92, que precisam ser revistas. Só que o coordenador, hoje, não é o Ibama. O Ibama segue estas regras porque não tem novas normativas feitas pelos dois ordenadores, que são os dois ministérios.

Então, temos que avançar nesta pauta conjunta entre os ministérios para que possamos destravar a gestão pesqueira no país.

Muito obrigado! Estou à disposição.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Eu quero salientar a reiteração do agradecimento pela sua presença e dos colaboradores do Ibama, que é uma demonstração, relativamente pioneira, acho, de antecedência e integração das autoridades federais. E mais uma vez agradecer ao ministro da Agricultura, que é o prestígio da sua presença que favorece este encontro.

Com a palavra o sr. Eros Aristeu Martins, que eu tinha esquecido de mencionar, e que representa aqui os trabalhadores da pesca.

O SR. EROS ARISTEU MARTINS - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao deputado Esperidião Amin por esta oportunidade, e ao ministro Blairo Maggi, por aceitar este convite e estar aqui, na presença do setor da pesca de Santa Catarina.

Eu teria, na verdade, muito a reclamar da pesca. Eu poderia começar a falar agora e terminar só amanhã de manhã. Vocês iriam dormir e acordar, eu



continuará reclamando sobre a pesca, porque do ano de 2015 para cá a pesca, em nosso estado, virou um verdadeiro caos, principalmente por causa da burocracia.

Mas não vou me estender. No momento, agora, todo mundo está fazendo pedidos e reclamações, mas eu vou agradecer ao ministro Blairo Maggi. O senhor vai receber um agradecimento porque nós, pescadores industriais profissionais, de Santa Catarina, estamos há 12 anos brigando por uma carteirinha chamada RGP, o Registro de Pescador Profissional.

Este ano, este mês, agora, quinze dias atrás, recebemos a visita de dois técnicos do Mapa, de Santa Catarina, em nossa sede, em Itajaí, e eles nos agradeceram com um documento dizendo que através do site conseguiríamos esse documento. Antes disso, todo ano tínhamos que ir até o Mapa pedir autorização para trabalhar, e a autorização era concedida apenas para três meses no ano. Os senhores vejam o cúmulo da burocracia, pedir para trabalhar três meses no ano!

Então, completava os três meses, e tínhamos que pedir para mais três meses. Completava os três meses, e pedia para mais três meses. Como se o pescador estivesse à disposição, em terra, diuturnamente, para fazer esse tipo de trabalho. Então, fomos agraciados, agora, entramos no sistema e ele nos dá o respaldo e o retorno de poder fazer esse documento para um ano. Acharam esta brecha e quero agradecer ao ministro e à equipe do Mapa de Santa Catarina que nos deram este presente. Na verdade é um presente, porque depois de 12 anos receber um cadastro com validade de um ano é para atirar foguete, porque na pesca, do jeito que a pesca está falida, principalmente no nosso estado.

Tudo que o Ivo falou, eu vou assinar em cima, tudo que o deputado Esperidião Amin falou, eu vou botar mais duas assinaturas, tudo que o Peninha falou e todos falaram, todos os pescadores de Santa Catarina, profissionais, em torno de 10 mil pescadores, todos vão assinar, se precisarem.



Eu só queria dizer, sr. ministro, que ano passado, eu não posso... Vou lhe entregar o documento, fazer chegar às suas mãos, e gostaria que o senhor, se não pudesse ler, que pedisse para os seus assessores lerem, que isso aqui é o câncer do pescador profissional de Santa Catarina e do Brasil. Isso não é somente de Santa Catarina, é o problema do Brasil. Somos os maiores produtores e, no entanto, não podemos trabalhar. É o cúmulo!

Eu não estou reivindicando dinheiro, como o Ivo já falou, eu não vou para Brasília pedir dinheiro, eu não estou pedindo isso, eu estou pedindo trabalho, estou pedindo que me dê o direito ao trabalho porque, no ano de 2015 e 2016, tiraram o direito ao trabalho do pescador profissional. São áreas restringidas onde não se pode pescar. É uma única espécie para trabalho, uma única espécie alvo. Como que você pode trabalhar numa única espécie alvo, se eu sou um extrator? Eu trabalho na espécie extrativista, então vocês têm que me dar diversas opções, não uma opção só. Então, trabalhamos sob uma única espécie. Este ano que passou, infelizmente, Santa Catarina perdeu milhões, sr. ministro. Não perdeu pouca coisa, não! Perdeu milhões com a safra da tainha.

Quando nós pedimos, pelo amor de Deus, para o Esperidião Amin nos ajudar em Brasília, fomos ao seu encontro em uma reunião em Brasília. Formamos uma comissão, aqui do estado, para ir a Brasília, porque realmente Santa Catarina e a cidade de Itajaí perderam bilhões com a passagem de toda a safra de tainha no ano de 2016, e nós não pudemos capturar.

Se alguém não sabe, a frota catarinense, no ano passado, não trabalhou na tainha. Se alguém disser que trabalhou na tainha é mentira, porque passou pela nossa costa mais de dez milhões de toneladas de tainha, e foram capturadas apenas três mil pela artesanal, o resto tudo passou pelo nosso litoral sem podermos matar.



Eu não vou me estender. Nós temos o problema do defeso do pescador, tem o problema da aposentadoria do pescador, temos o problema da tainha e temos o problema de espécies alternativas. Então, se formos conversar, como disse para o senhor, vamos conversar sobre a pesca durante o dia todo.

Existe uma pequena diferença entre pesca artesanal e a pesca industrial, mas todos os dois setores só estão pedindo uma coisa, o direito ao trabalho. Queremos o direito de trabalhar, pelo amor de Deus! É isso que eu peço, muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Quero agradecer ao Eros pela objetividade.

Concedo a palavra, agora, ao deputado Patrício Destro, que é o presidente da subcomissão, ou o vice-presidente da comissão de Pesca.

Como nós já estamos um pouco avançados, confio no seu bom senso e no bom senso do deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL (Patrício Destro)- Muito obrigado, sr. deputado Esperidião Amin!

Quero cumprimentar o ministro Blairo Maggi.

Senhor ministro, quero começar a minha fala dizendo, e não podemos negar, que o senhor, neste momento, representa o nosso último fio de esperança para tentar encaminhar um futuro melhor para a pesca em Santa Catarina.

E nós também queremos, de antemão, agradecer a sua presença e a sua participação aqui para nos ouvir. Mas, mais do que nunca, ministro, eu peço agora, olhando para o senhor, que não saia daqui sem resposta. Nós precisamos trabalhar e ter resposta. De nada vai adiantar reunir toda esta população, trazer gente de todo litoral de Santa Catarina, todo mundo com uma grande esperança de sair daqui, hoje, com



pelo menos algum encaminhamento, e isso tudo se perder na burocracia de Brasília, nos próximos dias.

Nós queremos ter, do senhor, a confiança de que vamos sair daqui, hoje, com alguns encaminhamentos feitos, e que esses encaminhamentos serão atendidos e pelo menos respondidos. Nós entendemos que não é possível fazer tudo, mas boa vontade e um pouco de trabalho e tentativa, ajudam bastante também.

Senhor ministro, quero começar a minha fala dizendo que, nos últimos 60 dias, mais de 100 embarcações internacionais invadiram as nossas águas e pescaram muito aqui. Furtaram muito do nosso pescado, e levaram para fora, sem receber uma única notificação. Enquanto nós, que estamos tentando sobreviver, somos multados, perseguidos, e tratados como bandidos. E se nós formos ao Uruguai, Argentina, ao litoral da China ou do Japão, tentar fazer a mesma coisa que eles estão fazendo todos os dias, e tenho certeza que neste momento tem algum barco internacional pescando no nosso litoral sem sequer ser perseguido pela polícia ou por qualquer embarcação, o senhor pode ter certeza, nós não vamos poder chegar lá, e vamos ser recebidos à bala, como acontece com os nossos pescadores.

Senhor ministro, nós precisamos definir o nosso futuro. E aí quero falar para o senhor, porque em dois anos que estamos aqui discutindo a situação da pesca em Santa Catarina, conseguimos evoluir muito pouco ou quase nada.

Quero reiterar uma situação que aconteceu este ano. O pescador se preparou para pegar a tainha no dia primeiro de maio. Ele se preparou para isso. Aí veio uma determinação dizendo que não poderia mais pegar no dia primeiro de maio, sabe lá Deus por que, e passaram para o dia 15. Ele esperou mais duas semanas e colocou os barcos no mar. Este ano, ele se preparou para pescar no dia 15 de maio, e aí se deparou com um novo decreto proibindo de entrar nas águas antes do dia primeiro de junho, quando a grande



parte da tainha já tinha passado pelo nosso litoral e não voltou mais. Nós perdemos de pescar tainha, de colocar dinheiro no bolso do nosso pescador, que investe quase quatro R\$ 4 milhões, sr. ministro, muito dinheiro, do suor do trabalho dele para conseguir comprar uma embarcação e não poder ter o direito de trabalhar, enquanto barcos internacionais pescam à vontade na costa brasileira.

E para encerrar, só para falar da nossa situação dramática de hoje, nós temos, só em Itajaí, três grandes empresas em recuperação judicial, que, se fecharem as portas, vão desempregar mais cidadãos catarinenses. Realmente, ministro, a nossa situação, aqui, é extremamente complicada.

E eu vou entregar para o senhor, agora, para não precisar repetir todas aquelas outras situações, um pequeno documento com seis itens, que a nossa comissão separou durante esses dois anos de trabalho, para que o senhor dê uma atenção especial. Mas não receba isso, ministro, como uma folha de papel. Pense que isso aqui é o fio de esperança de mais de 10 mil famílias de cidadãos catarinenses. E trate esta folha de papel com o devido carinho, e, por favor, nos dê uma resposta imediata.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Concedo a palavra ao deputado Silvio Dreveck, que tem a responsabilidade de falar em nome da Casa e dos parlamentares estaduais aqui presentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL (Silvio Dreveck) - Muito obrigado, deputado Esperidião Amin!

Mas quero saudar, em especial, o deputado federal Esperidião Amin, agradecendo o seu empenho para que este encontro pudesse se tornar uma realidade no dia de hoje, com a presença do nosso ministro Blairo Maggi, que é uma pessoa que conhece a atividade, conhece Santa Catarina.



Por isso, eu não vou me estender, mas me ater à situação, não só do setor pesqueiro, mas o quanto Santa Catarina é relevante, para Santa Catarina e para o Brasil, tanto no agronegócio, quanto no setor pesqueiro, que é específico. E quanto à agricultura e ao agronegócio, que têm sido a alavanca de sustentação da nossa economia, tanto no mercado interno como no mercado externo, e não é diferente no setor pesqueiro.

Então, ministro, muitíssimo obrigado pela sua presença, não podia deixar de enaltecer, vir a Santa Catarina tratar desse assunto que vem, ao longo do tempo, arrastando-se. Mas v.exa. está aqui para, junto conosco, debater e fazer os encaminhamentos.

Extensivo, cumprimentando o nosso deputado federal Esperidião Amin, cumprimento a todos os deputados federais aqui já nominados, demais autoridades, senadores, os prefeitos, na pessoa do nosso amigo, pessoal, e grande prefeito do município de Itajaí, Jandir Bellini. Muito obrigado pela sua presença!

Em nome de todos aqueles que não estão aqui, mas certamente bem representados inicialmente pelo nosso deputado Altair Silva, que veio lá do oeste catarinense e é do ramo da agricultura. Também conhece da pesca, senão no mar, mas no rio Uruguai, e certamente está dando uma grande contribuição. Como o deputado João Amin, que conhece um pouco mais do mar, não é um bom pescador, mas faz umas tentativas para ver se consegue pegar uma garoupa de vez em quando.

Não diferente o meu colega deputado e senador, ex-governador, deputado estadual Leonel Pavan, deputado Luiz Fernando Vampiro, deputado Rodrigo Minotto, deputado Neodi Saretta e o deputado Patrício Destro, que acabou de se manifestar, bem como, não deixa de ser nosso colega deputado, o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa.

Mais uma vez, deixar aqui, em nome da Assembleia Legislativa, as boas-vindas ao ministro, enaltecendo



a sua presença que, na minha avaliação e na avaliação da Assembleia Legislativa, é muito importante, num momento que, todos nós sabemos, é de dificuldade, mas vir aqui e enfrentar esse desafio, certamente, se não fosse assim, não haveria encaminhamento possível.

Então, o fato de estar presente, de vir aqui ouvir, certamente que vai colher muito dessas informações para nos ajudar e ajudar principalmente o setor pesqueiro de Santa Catarina.

Muitíssimo obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Concedo a palavra ao nosso prezado amigo, deputado estadual Moacir Sopelsa, secretário da Agricultura de Santa Catarina.

O SR. SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA (Moacir Sopelsa) - Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar o deputado Esperidião Amin, que representa aqui o Fórum Parlamentar.

Cumprimento o ministro Maggi, nosso amigo e uma pessoa que nós temos o reconhecimento, e aqui já foi dito, pelo seu conhecimento e a importância que tem à frente do ministério da Agricultura.

Cumprimento o senador Dário Berger, e queria pedir licença, pela brevidade, para cumprimentar a todos que já se pronunciaram, os nossos deputados federais, deputados estaduais, os nossos técnicos, que estão aqui, do ministério da Agricultura, da Epagri, da Cidasc, enfim, todos, e principalmente os nossos pescadores.

Aqui já foi dito sobre a importância que tem a pesca para o estado de Santa Catarina. Nós sabemos que são mais de 31 mil pessoas, ministro, que dependem da pesca em Santa Catarina. E nós sabemos onde estão os pontos de dificuldade. Aqui foi dito pelo deputado Valdir Colatto.

E eu quero lhe cumprimentar ministro. O que acontece no poder público é a dificuldade de buscar,



com agilidade, as ações necessárias. E o senhor, quando fala de destravar, de desburocratizar o ministério da Agricultura, nós temos que ter isso como exemplo em todas as partes do poder público, pois em todas as partes do poder público há dificuldade de buscar aquilo que precisa ser feito com urgência.

São leis que estão há 50 anos e que não têm mais necessidade de existirem. Regulamentações que podem ser mudadas para agilizar as ações do estado, as ações do país, é isso que nós precisamos.

Eu quero deixar aqui o agradecimento, espero que possamos continuar com este debate com os pescadores. Os seus representantes já se pronunciaram, mas que os pescadores também possam se pronunciar e levamos adiante essa audiência que é de suma importância para o nosso estado.

Muito obrigado, ministro! Parabéns a todos vocês!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Quero convidar o Jorge, o Carlos Henrique, para fazer a entrega do documento da Fiesc ao nosso ministro.

(Procede-se à entrega do documento.)

Concedo a palavra ao ministro Blairo Maggi. Ele vai conduzir ao seu jeito, e pelo que eu percebo, democraticamente, o que nós aqui já ouvimos.

Mas eu desejo esclarecer, independente da forma como o ministro conduza, que a representação dos produtores, não os produtores todos, a representação teve oportunidade de trazer aqui as suas reivindicações.

O sentido da reunião, independente da sua intervenção, que todos nós estamos aguardando e a forma como v.exa. faça, é que a equipe técnica que o senhor trouxe, porque esta reunião é importante pela presença de v.exa., mas é pela representação técnica do ministério da Agricultura e pela presença do Ibama



que eu creio que pode se prolongar pelo tempo que for necessário, independente da orientação que v.exa. dê.

Mais uma vez agradecendo pela sua disposição, concedo, com muita honra, a palavra a v.exa.

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Cumprimento os membros da mesa, em nome do meu querido senador Dario Berger, meu amigo pessoal, que ele já fez questão aqui também de ressaltar, e que também representa, neste momento, o senador Dalirio Beber e o senador Paulo Bauer, que são nossos colegas lá no Senado.

Também cumprimento o deputado Esperidião Amin, que tomou a iniciativa para estarmos aqui, hoje, fazendo este convite. Aliás, ex-governador, senador, prefeito, deputado estadual.

Gostaria de dizer que vários parlamentares de Santa Catarina sempre me procuraram para que pudéssemos fazer esta discussão algum dia.

Então, estou aqui hoje, a convite do deputado Espiridião Amin, mas também dos demais parlamentares, que têm nos ajudado muito na condução do dia a dia das políticas lá em Brasília. Também do deputado Valdir Colatto, Celso Maldaner, Peninha e Edinho Bez da deputada Carmem Zanotto.

Assim como vocês querem me ouvir, eu vou contrariar a orientação do nosso querido deputado Amin, porque eu também quero ouvir aqueles que efetivamente estão com o pé na canoa, literalmente.

(Palmas)

Porque a minha experiência, deputado, senadores e demais presentes, é que por mais que você ouça as lideranças, por mais que você ouça os executivos das entidades, quando você bota o pé no chão, põe o pé na lavoura e no chão da fábrica, você ouve coisas que nunca ouviu. Eles conseguem expressar coisas que muitas vezes as lideranças entendem como coisas muito simples, e que não devem ser levadas, mas ali reside a saída para vários problemas que nós temos.



E é assim nos frigoríficos de aves, é assim nos frigoríficos de suínos, na indústria do camarão que fui conhecer esta semana, e lá na agricultura. Eu gosto muito, sempre, de ouvir, porque é daí que eu consigo extrair e estimular a minha equipe para fazer as mudanças. *[Degravação: Taquígrafa Sara]*

Não é nenhum demérito aos executivos, aos representantes, mas a minha experiência mostra que é assim. Por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria da Carne é comandada pelo Gaúcho, não lembro bem agora o seu nome, um cara fantástico, representa bem a entidade, articula-se bem no governo. Mas um dia eu recebo lá dois donos de frigoríficos, e, numa folha de papel, o cara me colocou 10 pontos que nunca tinham sido discutidos pelas entidades, e esses 10 pontos significam muito dinheiro e muita coisa para as indústrias de carnes brasileiras. Por quê? Porque quem está à frente está um pouco afastado do dia a dia das coisas, que seria o chão da fábrica ou os barcos que vocês guiam. Por isso, a minha vontade de ouvi-los daqui a pouco.

Mas gostaria de dizer que eu estou absolutamente à vontade nessa reunião. Não entendo nada de pesca, eu pratico um pouquinho de pesca de barranco, pesquei no rio em Mato Grosso, no Pantanal, saí uma vez para pescar aqui no mar e nunca mais quis voltar. Vocês são uns heróis. É muito ruim. Demora cinco horas para ir, cinco horas para voltar. Pescamos meia hora num sol danado. E eu também sou um pouco catarinense, pois eu nasci no Paraná, mas fui registrado aqui em Torres, do lado de Sombrio, quase na divisa. Mais um pouquinho e estava do lado de cá.

Tenho uma verdadeira paixão por Santa Catarina, e tenho passado todas as minhas férias dos últimos 45 anos, aqui na região. Tenho residência em Balneário Camboriú. Eu gasto dinheiro aqui todos os anos. Pago imposto. Pago bastante para aproveitar uma vez por ano. Tenho vários amigos aqui, sinto-me absolutamente à vontade. Mas me sinto mais à vontade, porque tudo



que foi dito aqui se refere a minha luta no ministério da Agricultura, que é a desburocratização. Isso é um inferno na vida da produção nacional, é um inferno a vida das pessoas. E o primeiro programa que fiz no ministério da Agricultura, ao chegar, chama-se Plano Agro Mais, e não foi para fazer política.

O Agro Mais é um programa para desburocratizar o dia a dia das nossas atividades, porque muitas portarias, leis, decretos, normativas foram feitas em uma época tal e serviam especificamente para aquele momento, mas não servem mais, agora. E estão lá, estão lá no regulamento. Então, se a pessoa pegar um fiscal bonzinho, que não deveria ser, ele não olha, mas se quiser incomodar, ele vai olhar, vai te multar e vai te incomodar. É assim que funciona o dia a dia das coisas.

Nós temos que olhar para as prateleiras, digo prateleiras no sentido figurativo, ou seja, para as nossas legislações, as nossas portarias e dizer: o que temos aqui não serve mais, e eu posso retirar sem perder a segurança do processo que devo ter como ente público, como poder público. Esse é o grande ponto que nós temos que discutir e temos discutido. Vou dar um exemplo para vocês do Plano Agro Mais, que aconteceu. E tenho certeza de que na pesca - uma vez que a partir de hoje vamos estabelecer uma nova sistemática - vai acontecer. Lá, no ministério da Agricultura, tinha uma norma para os frigoríficos que a carne congelada deveria ter -18°C , internamente. O mundo inteiro utiliza o valor -12°C e o Brasil -18°C . Essa é uma demanda que chegou a mim naqueles 10 itens do papelzinho. Pensei: vamos ver esse negócio. Puxa para cá, puxa para lá, aperta um, aperta outro. Uns achavam que não dava para fazer. Mas dá para fazer. Se o mundo inteiro faz, porque não vamos fazer. Resultado: fizemos. Mas o mais surpreendente foi a explicação que no final recebi, porque não acharam razão legal para aquilo lá existir. E me foi dito o seguinte: "Olha, provavelmente, o digitador no



dia que foi fazer a normativa ao invés vez de digitar -12 °C, ele colocou -18 °C." Nós ficamos 20 anos gastando dinheiro com energia e tempo para deixar a carne com -18 °C, quando o mundo inteiro usa -12 °C. Então, estou dando um exemplo para vocês de como a burocracia incomoda quem produz.

Na questão das embalagens, não sei se aqui tem pessoal de tal indústria, mas nós já mudamos a regra. Agora é para ser automático. O industrial que produz é quem tem que saber o que vai ser colocado no rótulo. Por que o ministério da Agricultura tem que demorar seis meses, um ano, dois anos para dizer se aceita ou não o que está no rótulo? A indústria, a agroindústria ou o produtor tem que saber o que está fazendo, a responsabilidade é dele. Se o rótulo contém alguma coisa que vai dar problema no mercado ou se está mal escrito, ele vai ser penalizado pelo mercado e não é o ministério da Agricultura que tem que cancelar todas essas questões.

Então, demorava-se dois anos para se tirar um rótulo. Hoje, nós queremos fazer tudo eletronicamente, e já estamos fazendo. Você entra lá, diz como é que você quer e eu tenho um tempo para olhar. Se eu não olhar, você vai comercializar. Eu vi cada absurdo com relação a esse negócio de rótulos, que vocês não imaginam. Vejam o que fazia um produtor de ovos, do estado do Tocantins, de Palmas, por não ter conseguido o rótulo na caixa. Ele produzia ovos em Tocantins, ia a Goiânia para ir a outro CIF, colocava o rótulo de Goiânia na embalagem, voltava e passava de novo por frente de Palmas para ir ao nordeste. Quer dizer, rodava 700 quilômetros, de ida e volta, com os ovos. São essas coisas, com certeza absoluta, que vocês estão a reclamar na questão da pesca.

Eu tenho procurado andar muito neste Brasil depois que assumi o ministério da Agricultura. Acho que sou o ministro que mais tem andado pelo Brasil. Ontem mesmo à noite cheguei do Nordeste. Fiquei lá



por três dias. Fui ver uva, uva de mesa, uva de vinho, vinho, maracujá, melão, melancia, pimentão, aspargos. Vi tudo que tinha lá. Passei um dia visitando cada um desses setores. Passei três dias no sol, andando, conhecendo, conversando com os técnicos para poder entender as coisas, e com o meu pessoal técnico junto comigo. Disse: não arredem o pé do redor de mim e em cada conversa que tenho, quero vocês por perto, porque eu ouço muita coisa. A partir dessas viagens, dessas andanças, eu consigo fazer as mudanças necessárias. E consigo dizer ao meu secretário: Olha! Nós assumimos um compromisso. Eu ouvi aquilo em tal lugar, quero que você resolva; é assim que a coisa tem que ser feita.

Então, venho aqui, em Santa Catarina, hoje muito mais para ouvir do que para falar. Eu preciso ouvir de vocês o que preventivamente nós temos que fazer para melhorar a situação, porque o que está judicializado eu não consigo fazer. Se judicializado está, ou nós entramos num acordo e fizemos um grande acordo, um TAC ou alguma coisa para seguir para frente ou vamos ficar à espera e à mercê da Justiça. Mas temos que olhar aquilo que ainda não aconteceu, aquilo que vocês têm certeza que vai acabar acontecendo. Temos que partir na frente dos problemas para resolver.

Então, quero dizer a vocês que eu e a minha equipe que está aqui hoje estamos totalmente abertos para ouvir. Eu ouvi aqui - e vocês têm toda razão - que o governo não deve e não tem que atrapalhar quem queira produzir. Quanto menos o governo se envolver, melhor para o setor privado, com mais rapidez e eficiência nós vamos resolver os nossos problemas. Sempre falo que o dinheiro da produção é praticamente o mesmo, a não ser que você aumente a produção, senão ele é o mesmo. Está sobre a mesa a mesma quantidade de dinheiro. Ou essa quantidade de dinheiro está na mão da ineficiência, dos processos, da burocracia - e ninguém ganha nada com isso - ou você tira disso para



por na mão de eficiência, para gerar emprego, gerar renda e fazer com que as pessoas possam trabalhar e andar melhor.

Esse é o princípio da minha gestão. E tem mais. O Brasil tem hoje 6,7% de participação no mercado mundial de alimentos. Nós temos que elevar isso a 10% nos próximos cinco anos. Isso não é uma tarefa fácil, é um mercado de 1,3 trilhões de dólares. Nós estamos falando de um aumento de 3%, então estamos falando em aumentar a balança comercial em R\$ 30 milhões de dólares. Sinceramente, por mais que se trate de produção de soja, de milho, de algodão, não vamos conseguir crescer R\$ 30 milhões de dólares na balança comercial apenas tais produtos. É importante, é o maior negócio que temos, mas não vamos conseguir. Temos que olhar onde se pode fazer alguma coisa. Se há ineficiência, temos que transformar em eficiência, e crescer. A pesca é um caminho!

Por exemplo, nós dissemos que se um chinês comer um bife, nós vamos vender todos os nossos bovinos para a China. Se cada chinês comprar mais um frango por ano, não daremos conta de exportar frango. Mas, na realidade, a China - com a esperteza do chinês, pela forma como negociam e aceitam as negociações do mundo - estará passando o Brasil neste ano em número de exportação de alimentos no mundo. Neste ano passam o Brasil. Só que se trata de um país dinâmico e aberto. Não se trata de uma democracia como a nossa, mas eles exportam. E todos os países que têm mercado aberto, que exportam e importam, têm mercado grande e não têm a proteção da ineficiência, que muitas vezes se instala porque se tem uma proteção para reservar algumas coisas. Então, temos que olhar nesse sentido também. Nós somos integrantes de um mundo e temos que trabalhar olhando para o mundo, não podemos trabalhar só olhando para o nosso umbigo.

Nós temos a capacidade de crescer. Agora, eu tenho certeza absoluta de que a pesca não vai crescer da forma como está. Não existe dinheiro para fazer



investimento. Nossos barcos, desculpem se estou falando besteira, são ultrapassados. Pelo menos é o que tenho ouvido. Nós não temos uma frota pesqueira atual, para o período que estamos vivendo. E nós precisamos seguir adiante. Agora, antes de chegar a financiamento e em outras coisas mais à frente, nós temos de resolver o problema da burocracia, conforme foi dito aqui.

Vocês podem contar comigo em tempo integral, com a minha dedicação, com a minha forma de trabalhar. Sou uma pessoa que quando entra num negócio, num processo, vai até o final. A maioria dos deputados me conhece e já frequenta meu gabinete, mesmo quando fui governador do estado do Mato Grosso ou senador, e vocês não vão ouvir uma palavra minha no sentido de dizer que vou analisar, vou pensar, se eu não tiver condições de resolver, porque assim só se empurra o problema com a barriga, só se leva ele para frente e, quando volta, vem muito maior.

Então, é muito mais simpático e produtivo, se eu receber uma demanda e não puder resolver, dizer para você que não posso resolver, que vamos ter que achar outra saída. E aí eu cito sempre como exemplo um caso de Roraima, que é o estado mais distante do Brasil, de onde se leva 4 horas e meia de voo para chegar a Brasília. O cidadão chega, vai falar com o Dayvson, o secretário, pede alguma coisa, e, às vezes, o Dayvson já sabe que não pode fazer, mas às vezes não tem coragem ou prefere usar da diplomacia política e fala que vai pensar, olhar e analisar. E aí o cidadão vai embora. Chegando a Roraima vai reunir a sua base, os vereadores, o prefeito e a comunidade, e vai dizer que foi ao ministério da Agricultura e que a coisa parece que vai ser resolvida. Mas não vai ser resolvida e, três meses depois, ele gasta dinheiro de novo com avião, hotel, dois ou três dias de viagem, e vai ficar vermelho de vergonha porque não tem como resolver. Então eu falo o seguinte: não posso fazer ou posso fazer e vou fazê-lo em tal tempo. É esse o



procedimento que quero adotar com vocês na área da pesca. Total transparência, aquilo que pode ser resolvido, eu vou resolver.

Agora, e está aqui o representante do Ibama, a administração da pesca não é uma exclusividade do ministério da Agricultura ou do ministério da Agricultura e da Pesca, de onde herdamos isso, é uma gestão compartilhada com o ministério do Meio Ambiente e com o Ibama. Portanto, eu penso de um jeito e eles pensam de outro, mas o governo tem que mediar. Então, precisam entender que muitas vezes e em muitas situações eu vou ficar do lado dos senhores. Nós vamos brigar, mas nem sempre vamos levar, porque tem outro lado que tem força, outro lado que tem cientificamente a prova de que a determinada espécie que nós queremos pescar, não deve ser pescada por isso e aquilo. E, como eu não conheço, tenho que atender o que o governo vai dizer. Agora, se nós não estivermos de acordo, poderemos contestar os estudos, e isso nós vamos fazer. Isso nós vamos fazer! Não podemos aceitar as coisas simplesmente por aceitar, assim como vocês não devem.

Eu ouvi algumas coisas com relação às licenças simples, e no caminho já discutia com os deputados que não dá para entender porque no Rio Grande do Sul se tem autorização para navegar ou pescar com um barco de tantas toneladas, e em Santa Catarina não se tem. Que país é este? Então, esse tipo de situação, nós vamos resolver, bem como o que for problema burocrático sozinho e de licenciamento de nossa parte, desde que eu não fique no paredão. Vou ser claro, eu não vou ficar no paredão para salvar ninguém. Vou fazer tudo o que for possível, mas dentro da legalidade, dentro dos processos para que possamos resolver as coisas. Vai ser sempre assim o meu relacionamento.

E dou a palavra a vocês mais uma vez: vamos trabalhar, vamos fazer a coisa andar no país, porque a única saída que o Brasil tem está no meu



ministério, está com vocês na pesca, na agricultura, na pecuária, na avicultura, que são integradas à economia brasileira. Não temos outra saída! Eu fico muito preocupado com a nossa economia e, todos os dias, senador Dário Berger, as pessoas me perguntam: "O Brasil está saindo da crise?" Acho que politicamente, avançou-se bastante. Vamos sair da crise política politicamente. De vez em quando podem ocorrer uns solavancos, como nesta semana, mas todos nós sabemos o rumo que queremos.

Mas, quanto à economia, eu não sei se no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, no BNDES, no banco do Nordeste e em outros bancos - e acho que aqui em Santa Catarina não sei se é diferente - existem projetos novos em andamento. O empresariado ficou retraído e tirou os projetos. Vejo isso por mim, eu não tenho projeto. A minha empresa investiu alguns bilhões nos últimos anos e no último ano não tem um projeto em nenhuma uma carteira de banco. Estou lá desmontando, na parte da engenharia, uma coisa ou outra, porque eu não vou fazer nada.

Quando o Brasil se recuperar, os empresários irão colocar os projetos nos bancos, e os bancos vão demorar mais 12 meses ou 24 meses para analisar um projeto, para colocá-lo na rua, para começar a gerar emprego e renda. Então, o nosso problema na parte da indústria é muito grave. Por isso eu digo que a grande saída que o Brasil tem é incentivar quem já estava trabalhando. Com pouco investimento a agricultura, a pecuária e a pesca conseguem dar resultados enormes, gigantes. E, por outro lado, é necessário o Brasil abrir mercado. Nós temos um mercado interno grande, mas se nós não andarmos atrás de novos mercados, as empresas atuais, ao aumentarem sua produção, vão obviamente concorrer com elas mesmas e os preços vão cair a tal maneira que nós quebraremos como empresários. Os nossos negócios não vão bem e nós precisamos abrir o mercado.



Tenho viajado. Para a Ásia, eu fui três vezes. Fiquei 26 dias lá. Fui a oito países, correndo atrás, conversando com empresários, e 45 empresários me acompanharam, com reuniões aqui e ali. Eu como representante do governo e eles do empresariado. Tentamos retirar impostos das importações, abrindo o mercado para a massa de Santa Catarina, tentando convencer as pessoas de que a carne de Santa Catarina, no caso dos suínos, merece entrar no mercado para a Coréia do Sul. Prometeram-me que agora em novembro estariam aqui, e não conseguiram vir em função da crise política que também ocorre lá. O Japão abriu seu mercado. Conseguimos abrir o mercado dos Estados Unidos. Enfim, nós estamos o tempo inteiro trabalhando nesse sentido.

Tenho duas funções, a de estimular o setor produtivo, os agricultores, os pecuaristas e vocês da pesca. Preciso estimulá-los, vocês precisam produzir. Eu não tenho que ensinar ninguém a pescar, a pegar uma enxada, a dirigir um trator, uma colheitadeira. Vocês sabem fazer, agora tenho que cuidar de estimular para que façam isso e preciso deixar o mercado aberto para que possamos caminhar.

Feito isso, volto a dizer, a saída do Brasil da crise econômica é a agricultura, a pecuária, a pesca e o agronegócio. Não tenho dúvida nenhuma disso. Conheço a maioria das pessoas que participam desse negócio. Sei quem quer fazer a coisa certa, sei quem quer fazer a coisa errada, quem quer levar vantagem, quem trabalha para a coletividade. Conheço todos os atores. Portanto, para mim é fácil, mais fácil do que para alguém que não os conhece, poder interpretar o sentimento e saber qual o caminho trilhar na direção de fazer com que a economia brasileira ande.

Nessa minha introdução, e falo assim porque quero ouvi-los, a não ser que não tenham nada a me dizer, mas, na medida em que as perguntas vierem, eu e meus secretários vamos tentar responder. E o que não souber, fiquem tranquilos, eu não vou responder. Vou



levar, vou estudar e depois vou dar a resposta, como disse ao deputado. Ele falou para mim: "Não saia daqui sem respostas." E eu quero retrucar que vim aqui para ouvir. Mas disse para ele aqui no ouvido: Eu não vou te responder muitas coisas hoje, mas garanto que depois vou dar a resposta, porque esse é o sentimento que nós temos que ter dentro do governo.

Mais uma vez digo que nós não devemos atrapalhar quem produz, devemos facilitar a vida das pessoas. Nós temos que remover a burocracia, deixar que os setores fluam rápido, com tranquilidade e com certeza. A insegurança jurídica é o pior caminho para todo mundo, e nós temos hoje um Ministério Público atuante, às vezes ativista, que vem para cima de quem está produzindo, e não é porque está produzindo, mas porque está fazendo de forma irregular. Como disse há pouco, a legislação que deveria não existir está aí, e criam-se brechas para fazer essas discussões.

Assim, encerro por aqui a minha primeira participação, dizendo que vocês podem contar comigo. Estou, dos sete dias da semana, seis dias no ministério da Agricultura. Chego lá cedo e saio de lá no final da tarde. Não sou de ficar enrolando, gosto de chegar a casa às 18h30, às 19h. Coloco meu pijama e fico lendo, ouvindo. Não gosto de ir a festas, não gosto de ir a jantares. Dificilmente alguém me vê num ambiente desses, mas a minha responsabilidade como ministro eu vou exercer na plenitude até que tenha o cargo.

Outra coisa, o ministério da Agricultura está reassumindo o seu papel de liderança em vários pontos da economia brasileira e de representação em vários fóruns mundiais em que o Ministério se acovardou. O Ministério da Agricultura se acovardou, saiu, e o MDA tomou conta, o MMA tomou conta, e nós ficamos, e quando digo "nós" refiro-me ao Ministério. Eu não estava lá e jamais aceitaria ficar endossando o que o Ibama quer, o que o Meio Ambiente quer. O que eles



querem nem sempre é aquilo que nós desejamos ou precisamos na economia.

(Palmas)

Temos que discutir, já falei antes. Se existe um problema, podem colocar o eu ponto de vista, mas eu tenho que colocar o meu. Fui agora, em Marrakech, por exemplo, com o ministro Sarney, e o Brasil assumiu um compromisso, uma intenção de reflorestar 12 milhões de hectares de terras, de refazer 15 milhões de hectares de área degradada de pastagem. Assumiu o compromisso. E perguntei ao ministro Sarney, ao pessoal do MRE - ministério das Relações Exteriores - : Quem vai pagar a conta? Ele disse: "Mas que conta?" Falei: Ora, custa 40 milhões de dólares para fazer isso, de onde vai sair esse dinheiro? Então, nós não podemos sair assinando e fazendo as coisas. Nós temos o nosso compromisso na questão de aquecimento global, temos as nossas responsabilidades, mas o Brasil já fez muito. O Brasil é o único país do mundo que tem 61% do território preservado. Em Santa Catarina, 20% das propriedades rurais, mais as beiras de rios, precisam ser preservadas. No Centro Oeste, onde vivo, a taxa é de 35% e lá, na Amazônia, é de 80%.

Às vezes as pessoas não entendem o que significa isso, mas é simples de explicar. É o mesmo se fosse um dono de um hotel com 100 apartamentos e aí surge uma legislação dizendo que a partir da data de hoje ele manterá os 100 apartamentos, mas poderá usar apenas 20. Como se faz? Quem paga essa conta? Esse é um ônus, um custo para o produtor brasileiro. E aí fica um pedido para que façamos isso e aquilo, e não me interpretem mal, só não estou querendo assumir mais compromissos em cima da Agricultura, em cima dos agricultores e dos produtores rurais, porque eles não têm como arcar com isso. E se os outros países querem preservar o meio ambiente e diminuir gases, que façam o que o Brasil fez até agora, que preservem suas margens de rios, que ponham 20% na reserva legal, 35%



nos outros biomas, e aí nós vamos começar a conversar.

Então, quando falo que nós, do ministério da Agricultura, estamos reassumindo o nosso protagonismo, quero dizer que de agricultura, de agricultor, fala o ministério da Agricultura e não fala o MDA e não fala o MMA.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Senhor ministro, gostaria de saber se concorda com o seguinte... Prestei atenção na sua palavra, quero ouvir quem tem o pé na canoa, ou seja, no barro. *[Degravação: Taquígrafa Cristiany]*

Então, nós vamos dar prioridade não para representantes, mas para quem tem o dedo esfolado de puxar a corda. Eu vou limitar o tempo e pedir para que traga coisa nova, se for repetitivo nós não estaremos inovando. E eu quero agradecer ao espírito democrático do ministro.

O sr. Márcio Goulart Nascimento, pescador do Farol de Santa Marta, tem a palavra por dois minutos.

O SR. MÁRCIO GOULART DO NASCIMENTO - Bom-dia a todos!

Sou do Farol de Santa Marta, Laguna, tenho 40 anos de idade, sou filho de pescador e pescadora, minha mãe é aposentada por invalidez, com três hérnias de disco, de tanto carregar sacas de mariscos nas costas.

Esses dois minutos são poucos, mas eu gostaria de falar ao sr. ministro que nós estamos passando um momento muito difícil, porque, somente, neste ano de 2016, de 1º a 15 de maio, nós vimos passar a maior safra de tainha na nossa porta. O meu pai e o meu tio-avô disseram que nunca viram tanta tainha na vida, mas nesses quinze dias nós não pudemos pescá-las e vimos a quantidade de tainha absurda no nosso litoral, mas nós não conseguimos pescar.



No dia 16 de maio, sr. ministro, deu um vento sul que trouxe essa tainha para Florianópolis e nós tivemos que sair lá do Farol de Santa Marta e pegar um pouco de tainha aqui, mas como a limitação de nossos barcos, boca aberta, andar molhada, nós não conseguimos, apenas uma pouca quantidade e isso nos prejudicou muito.

Também, sr. ministro, hoje, nós temos que optar em pescar o peixe boiado ou o de fundo. Ou nós pescamos na superfície ou de fundo. Como se faz isso sr. ministro? Se nós pegamos os dois peixes? E se nós não pegarmos os dois peixes, nós morremos de fome. Hoje em dia todos os pescadores estão verdadeiramente pescando irregular, porque nós não conseguimos fazer o que a lei quer. Pois se nós pescarmos a anchova, não pescaremos a corvina, se pescarmos a tainha não podemos pescar a pescada. E como é que vamos viver? Meu pai com a dificuldade que tinha já dizia que as leis um dia não nos deixarão pescar e vão matar nós de fome.

Os nossos filhos, hoje, não querem ser mais pescadores, porque veem as dificuldades que seus pais passam, porque percebem que a lei vai imputar a nossa categoria. A profissão mais antiga que existe no mundo, não se sabe há quanto tempo existe, mas, se formos pela Bíblia, o apóstolo Pedro era pescador quantos anos atrás? Nós, hoje, somos muito, mas limitados.

E eu gostaria que o senhor tivesse atenção e eu falo em nome do pescador artesanal. Na minha comunidade se o peixe não vir na nossa porta nós não pescamos. Se o dia do peixe tiver maré, nós não o pegamos. Se nós virmos o cardume lá fora e se o mar for alto, nós não vamos sair para o mar, porque os nossos barcos são limitados. Se o peixe estiver passando nos nossos costões, seja qual for o peixe, mas se tiver vento, nós não poderemos pescar. E, assim, é a nossa dificuldade.



Eu peço que o sr. ministro olhe para nós, pescadores artesanais. Nós não podemos ser proibidos de pescar no dia do peixe, porque, às vezes, durante um mês nós pescamos somente cinco dias. Às vezes durante dois meses, nós vamos para o mar durante dez dias e nesse tempo temos apenas cinco dias em que pegamos peixe.

Então, peço que o senhor olhe com muito carinho, nesta oportunidade, para os pescadores artesanais, pois nós não podemos ser limitados por questões de época de peixe, de qualidade de peixe. Mas que tenhamos a liberdade de pescar o peixe quando ele estiver na nossa porta, porque o pescador artesanal para pegar o peixe, sr. ministro, ele tem que vir debaixo dos nossos pés, porque nós não temos a possibilidade de correr atrás dele.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Sr. ministro, eu quero, agora, fazer um pedido de desculpas. Nós falamos, aqui, sobre pesca industrial, artesanal, trabalhadores da pesca, mas esquecemos de lhe dizer que somos o maior produtor de maricultura.

E já que o senhor falou em competitividade, eu queria que tomasse nota do seguinte, para saber como Deus é amigo de Santa Catarina: se o senhor pegar uma semente de ostra na França - olha que os franceses gostam de ostra, inclusive, eu uma vez recebi, aqui, um embaixador da França e ele comeu 36 ostras, três dúzias, eles são ostrófagos -, ela leva de dois anos e meio a três para ficar madura. Aqui no Ribeirão da Ilha o senhor sabe quanto tempo a mesma semente leva para ficar do mesmo tamanho e mais saborosa? Cinco meses e meio. O senhor conhece alguma diferença de competitividade? Então, o que eu quero dizer é que foi Deus, amigo de Santa Catarina, que deu essa vantagem competitiva para nós.



Nós temos aqui mais cinco inscritos. Vou conceder a palavra a um personagem pitoresco e quase único da Ilha de Santa Catarina, o Getúlio. Ele é da turma do *Exupéry*. O senhor já ouviu falar? Antoine de Saint-Exupéry frequentou Campeche quando era piloto da *Latécoère*, que é a aviação francesa, que fazia o correio e transportava cartas da Europa até Buenos Aires e Montevideu. Ele fazia escala aqui no Campeche. O *Exupéry* é um dos representantes dessa área e também tem uma escola de pesca artesanal.

Com a palavra o sr. Getúlio por até dois minutos.

O SR. GETÚLIO (Zé Perry) - Gostaria de cumprimentar o nosso ministro da Agricultura e Pesca, e em nome dele cumprimentar todas as demais autoridades.

Sr. ministro, procurei o Ministério Público Federal há duas semanas para reclamar sobre uma coisa que não estava entendendo. Todas as embarcações motorizadas estão no sistema em Brasília. A canoa remo, essa canoa que o senhor falou aí, que é a mais antiga da história da pesca do planeta, ela não foi colocada no sistema e com isso os nossos arrastos de praia pararam por falta de documentação. Não foi liberada licença para nós trabalharmos.

Esse povo da canoa remo faz parte das comunidades tradicionais. Esse povo que tem as famílias de raiz lá naquelas comunidades, eles foram esquecidos numa portaria e está com a embarcação dele no remo. Inclusive nós damos curso de remo lá também, e no meu rancho tem um projeto social de música na hora que não estamos pescando.

Então, nós gostaríamos que isso fosse colocado no sistema, lá no ministério da Agricultura e Pesca, porque vai fazer com que nós sejamos reconhecidos para podermos pescar o ano todo, porque o arrasto de praia faz parte das comunidades tradicionais, colocando alimento na mesa das pessoas mais pobres da comunidade que vão lá buscar um pedaço de peixe para comer.



Também, quero fazer um pedido ao senhor. Aqui em Santa Catarina tem uma briga sobre a rede anilhada para quem quer trabalhar e não consegue licença. Então, o senhor dá um carinho especial para essa gente, porque afinal de contas têm famílias, eles precisam trabalhar também. É claro que precisa ser pensado o caso deles, mas não é bom levarmos brigas para um trabalho que estamos ali a lutar.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Muito obrigado! Está anotado o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Diogo Laureano.

O SR. DIOGO LAUREANO - Bom-dia a todos!

Eu quero falar aqui em nome dos pescadores e o porquê de todo esse problema na pesca. Começou com a questão do AB. Para vocês entenderem eu fui informado que teve gente em Brasília que assinou a arqueação bruta sem saber o que realmente era, confundiu com a tonelada de peixe. Por exemplo, se eu tenho essa folha de papel, se é uma embarcação de 10AV, é o barco boca aberta, sem casario, sem porão. Se eu coloco um porão, ele vai para 14AB, 13AB. Se eu faço uma casaria, vai para 16AB/17AB. Esses barcos com a arqueação bruta maior que 10AB foram impedidos de pescar tainha. Quem é que pesca a tainha, a casaria, o porão ou a rede? Não tem o porquê, sendo que o barco é o mesmo tamanho.

E, além disso, eles fizeram uma portaria no dia 14 de maio e no terceiro artigo fala do item da pesca proibida a uma milha da costa. O pescador embarcado tem ficar a uma milha da costa. A Capitania está multando todas as embarcações que pegam a uma milha da costa. Essas embarcações de até 10AB não podem se afastar uma milha da costa.



O pescador artesanal se ele estiver legalizado pelo Ibama, a capitania apreende. É um conflito de legislação nesse sentido.

Então, este ano quem pescou a tainha foi irregular, ninguém regular, e quem estava regular pelo Ibama, estava irregular pela Capitania dos Portos. Não teve pesca para ninguém!

Outra questão é a Emalhe, ninguém tem condições a uma milha da costa, são quase 30 metros de profundidade. A rede para trabalhar nessa profundidade tem que ter, no mínimo, 50 metros, pois imaginem um peixe malhando nessa profundidade, o pescador não tem condições de puxar essa rede para dentro do barco. A Emalhe que atende à necessidade do pescador seria início de seis, sete para cima. A rede Emalhe para nós não tem mais como.

Também, a questão do Preps que estão pedindo para embarcação de até 20 AB. No nordeste e norte do Brasil as embarcações até 20 AB não precisam do Preps. Aqui no sul pediram o Preps de até 20AB. O custo do Preps é de R\$ 8 mil o aparelho, e paga R\$ 200,00 por mês para mantê-lo. O pescador artesanal não tem condições de manter esse equipamento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Nós é que agradecemos.

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Eu apenas quero uma informação dos membros da mesa. Tudo isso aqui está sendo gravado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Sim.

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Tá ok! Depois eu vou querer cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra o sr. Solon Soares.



O SR. SOLON SOARES - Eu estou aqui representando os pescadores subaquáticos de Santa Catarina, porque o presidente da nossa associação não pode vir hoje.

O meu pedido ao ministro é para que desse um olhar especial nessa questão da pesca subaquática, que é amadora e que não deve ser dada como profissional - o sr. Ivo sabe disso -, que é uma coisa que atrapalha os pescadores de rede.

Então, eu peço essa atenção porque estamos tendo uma série de restrições e pagando também como pescadores amadores na Portaria n. 445, que delimitou um monte de espécies sem um estudo prévio. Pedimos que abonasse essa questão de ter essas espécies proibidas para a pesca.

Quero dizer também que como vou para o mar, eventualmente, tenho contato com os pescadores, percebemos o trabalho que eles passam nessa questão das distâncias da costa. Inclusive, estamos com um abaixo-assinado para a Capitania dos Portos para poder deliberar as embarcações com o mínimo de adequações para elas poderem ir às ilhas mais foras, como as Moleques do Sul e poder pescar livremente lá. Mas, isso depende de uma força política e, como se diz, bom senso também.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Muito obrigado!

Com a palavra o sr. Manoel Cordeiro, pescador da Penha.

O SR. MANOEL CORDEIRO - Bom-dia a todos!

Eu gostaria de falar para o ministro que tenho um barco que trabalha com o peixe-sapo, que aqui no Brasil é pouco conhecido, mas em Portugal é tamboril e na Espanha é rape.

Eu acabei de vir de uma viagem de dez dias na Europa, conheci empresas lá e algumas embarcações. A minha produção é toda 100% exportada. Ultimamente,



temos esperado 30 dias para ser liberado um certificado de captura. O container chega à Europa e precisa esperar Brasília para autorizar a abrir o container.

Também temos a legislação de barcos-fábricas. Eu visitei as embarcações da Europa e consegui provar para eles que nós temos um peixe de excelente qualidade. E toda a minha produção, como já mencionei, é 100% exportada. A legislação do barco-fábrica é de 50 anos atrás, isso é complicado, porque quero adequar o meu barco para eu próprio poder exportar o peixe, mas tem uma série de legislação que dificulta.

Eu visitei as embarcações na fábrica da Espanha e em nenhuma delas têm tecnologia diferente da nossa. Eu gostaria que o senhor visse isso com calma e nos ajudasse para podermos exportar o nosso peixe de uma maneira melhor, do barco direto para a exportação, sem passar por nada. E nós temos toda a produção garantida para a venda.

Por isso, eu gostaria que o senhor olhasse essa legislação das embarcações fábrica.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra a sra. Maria Aparecida dos Santos Ramos, de Laguna.

A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS RAMOS - Bom-dia a todos!

Eu represento a secretaria de Pesca de Laguna e também a Associação de Pescadores no Cabo de Santa Marta.

Eu estou aqui para falar a vocês que o registro dos pescadores, hoje, dessa forma como vem acontecendo está dificultando cada vez mais. Tem pescador que não tem registro e tem aquele que não entende nada de pesca e estão com o registro na mão. Isso é uma preocupação grande da base dos pescadores.



A licença única de pesca não diz se é para peixe de fundo ou peixe boiado. Nós queremos uma licença única que represente o pescador e que sirva de documento para ele pescar.

Outro problema é sobre a rede de anilhas no Farol de Santa Marta e também dos pescadores artesanais de 10AB. Não podemos tirar! Isso não é o que está acabando com a pesca da tainha. O respeito de limite das áreas da pesca artesanal e industrial, todos temos que respeitar a área adequada. Precisamos de uma fiscalização maior.

As legislações, hoje, estão sendo discutidas em Brasília somente com os grupos técnicos de trabalho. Nós precisamos que essas legislações sejam discutidas com a base, sr. ministro. E, hoje, nós estamos tendo os GPs de pesca, muitos estão participando, mas queremos mais pescadores inseridos nisso, porque é lá que saberemos o quê construir, porque quem está em Brasília não conhece as realidades aqui de Santa Catarina. De repente, nunca passou aqui.

Então, eu quero dizer que o ministério do Meio Ambiente precisa ter responsabilidade com o povo pescador, o povo brasileiro. Não depende de nós, depende de vocês que estão aí na mesa, vocês cobrarão mais!

Pode ter certeza, sr. presidente, de que o Farol de Santa Marta irá recebê-lo.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Muito obrigado!

Eu quero pedir que evitassem a repetição. Estou explicando para o ministro o que é AB, pois todo mundo aqui sabe o que é. Então, isso já foi colocado. Podem até insistir, mas vamos ficar repetindo.

Com a palavra o sr. Fernando Pinto das Neves, de Itajaí.



O SR. FERNANDO PINTO DAS NEVES - Bom-dia sr. ministro e senhores!

Eu queria fazer um breve resumo de como foi a legislação que culminou na Portaria n. 445.

Em agosto de 2009 foi sancionada a Lei n. 11.959. No mês de setembro do mesmo ano, um mês após, foi publicado pelo ministério do Meio Ambiente a Portaria n. 316, que internamente deu poderes ao ICMBio para identificar essas espécies ameaçadas. Acontece que a Lei de Gestão Compartilhada já estava em vigor. Então, essa identificação das espécies feita pelo ICMBio, ela realmente está em conflito com a legislação anterior, que é a Lei n. 11.959. Assim, acredito que dentro da gestão compartilhada nós temos que adotar as novas metodologias que estão sendo usadas no mundo, que é a avaliação de estoque. E essa Portaria n. 445 usou uma metodologia de uma ONG internacional, chamada UCN, a qual inclusive a ICMBio se associou. E essa confusão que nós começamos a vivenciar no fim de 2014 para cá, no que se pode ou não pescar e que vem criminalizando nossas frotas.

O nosso pescador, hoje, está saindo para mar podendo trazer certos peixes respaldados por uma liminar, que pode vir a ser suspensa a qualquer momento e aí um monte de pai de família será criminalizado do dia para a noite.

Então, eu acredito que deveria se discutir com outro ministério a própria revogação da Portaria n. 316 para que a identificação de qualquer espécie considerada ameaçada venha a ser feita dentro da gestão compartilhada. Essa é a minha colaboração.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Eu quero me congratular com você, porque é um tema muito importante que já foi abordado e irá render muito ainda.

Com a palavra o sr. Ricardo João Ribas.



O SR. RICARDO JOÃO RIBAS - Bom-dia a todos!

Sobre a questão da rede alinhada, a dificuldade que nós estamos passando na pesca da tainha, desde 2012, como sabemos a prática dessa rede já vem de anos, e o pescador vem sofrendo com a proibição da prática da referida rede e, por isso, fica difícil os pescadores fazerem a prática da pesca da tainha com rede como eles querem que se faça. Isso também se esbarra entre o Ibama e o Ministério da Agricultura e Pesca, pois este libera a fiscalização abordada lá fora, onde vão as três fiscalizações dentro de uma lancha apenas.

As nossas embarcações são aptas a navegar numa área, lá fora, dentro de uma milha da costa e a Capitania pede que se navegue dentro de uma milha da costa.

Esse impasse que está entre as duas categorias está atrapalhando o pescador, porque o pescador ou é punido de um jeito ou de outro, ele vai estar regulado numa forma e irregular na outra.
[Degravação: Taquígrafa Sílvia]

Sobre a rede anilhada, criamos uma associação para tentar ajudar um pouco nisso, pois sem a rede anilhada, o cardume da tainha vai passando e não conseguimos pescar, porque as nossas embarcações e o peso que é de tralha, rede e chumbo, se não for do jeito que pescamos com a rede anilhada, não tem como fazermos a prática da pesca da tainha.

Com isso várias famílias, vários pescadores vêm sofrendo, porque passa a safra da tainha e, no próximo ano, achamos que iremos conseguir. Assim pensamos e, desde 2012, estamos com esse impasse.

Por isso, sr. ministro, peço que dê uma olhada por nós, para viabilizar. Agradeço!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Obrigado, Ricardo!



Com a palavra o sr. Abel Pereira Gomes, do município de Tapoá, por até dois minutos.

O SR. ABEL PEREIRA GOMES - Em primeiro lugar, bom-dia a todos!

Quero cumprimentar especialmente o deputado governo federal Espiridião Amin, que quando foi governador do estado, doou muitas terras para os pescadores de Itapoá. Mas a minha preocupação, sr. ministro, é sobre a questão das carteiras dos pescadores que foram suspensas e até hoje não foi resolvido, ainda. O que para nós tem dado certo transtorno, porque os pescadores precisam da carteira. O segundo motivo refere-se à licença para os pescadores que foi suspensa, e até hoje não se sabe qual o motivo e como resolver essa questão.

Então, gostaria de saber do senhor o que fazer para que o nosso pescador possa ter o documento em dia, válido para poder trabalhar na sua atividade e trazer o pão de cada dia para o seu filho poder se alimentar.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Eu vou responder esta questão porque ela é bem pontual. Aqui em Santa Catarina, vou falar em números macros, foram canceladas nove mil carteiras, entre as quais duas mil delas foram reabilitadas, aproximadamente isso, entre nove mil que saíram e dois mil que voltaram.

A saída para esse negócio é um recadastramento geral que nós estamos fazendo. Nós já detectamos que o sistema do Mapa é absolutamente falho, não pode ser nem considerado como um sistema. Então, nós já reservamos recursos, já foram alocados os recursos e estaremos procedendo a um novo sistema para recadastrar todo mundo.

Eu defendo com muita tranquilidade, porque quem tem direito, tem o direito, quem não tem que fique



fora. Nós não podemos ficar nesse faz de conta, o sujeito faz de conta que é pescador, o governo paga ou faz que paga. Isso não dá! Não tem como ter essas igrejinhas, ou defendemos efetivamente o pescador que tem direito ou extingue o programa. O governo preferiu refazer tudo isso e pagar aqueles que estão com o seu trabalho legalizado e quer permanecer lá.

Eu vou aproveitar também para dizer muito rapidamente o seguinte: O Mapa, para vocês entenderem um pouco da dificuldade que temos no ministério da Agricultura, tinha 1.157 funcionários, sendo 370 de DAS e 675 funcionários contratados, terceirizados. Hoje nós temos 90 servidores no Mapa, quando assumi a pasta havia 40, estamos colocando mais 30, e a grande dificuldade ainda, meus caros colegas de mesa e pescadores que estão aqui, além de tudo isso, pela crise econômica que o país vive, nós estamos reformulando o governo também, e o Mapa perdeu neste ano 421 cargos. Eu não tenho mais esses cargos, foram demitidas as pessoas e não temos estrutura para contratar ninguém. Então, estamos muito enxutos e estamos fazendo o que for possível dentro das nossas limitações.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra o sr. Silvanir Ferreira, de João Paulo e Saco Grande, por até dois minutos.

O SR. SILVANIR FERREIRA - Bom-dia a todos!

Meu nome é Silvanir Ferreira, sou presidente dos pescadores da praia de João Paulo, onde vive a segunda maior colônia de pescadores em Florianópolis. Faço parte da diretoria da Associação dos Pescadores da praia de João Paulo também, sou bisneto, neto e filho de pescador.

Hoje nós estamos com uma dificuldade grande lá, porque do dia para noite apareceu essa lei, que ficamos sabendo na reunião da OAB, porque queriam aumentar o limite de arrasto, e estivemos lá para



lutar contra isso. E hoje, na verdade, o arrasto está dentro da nossa baía, onde há um criadouro de camarões, de peixes, mas, infelizmente, não tem fiscalização dentro do horário que precisaria ter, que seria de madrugada.

Mas o problema que hoje estamos enfrentando, é justamente a malha da rede, porque a vida toda nós pescamos com as malhas cinco e seis, e do dia para a noite inventaram que o pescador só podia pescar com a malha sete que, para nós, é totalmente inviável, não têm como vivermos, a não ser nessa época agora, do verão, quando pescamos o camarão branco. Mas a partir de março, em diante, não tem como vivermos como a malha sete. Na colônia, onde sou presidente, há mais de 80 famílias que vivem da pesca artesanal, que vivem do camarão branco.

Os pescadores que vivem lá, todos trabalham irregularmente, porque trabalhamos com as malhas cinco e seis, pois não temos condições de sobreviver com a malha sete, é totalmente inviável para nós. Não temos condições de viver só com essa malha, é necessário averiguar isso. Se tiver que melhorar e aumentar um pouco mais a malha, tudo bem, mas a malha sete não é o certo. Teremos que ver isso!

Outra questão é sobre a licença de pesca, porque acontece o seguinte: levei quatro anos para reformar a minha baleeira, com quase 100 anos de uso, gastei quase R\$ 5 mil, depois precisei tirar a minha licença pesca para pescar camarão e como a minha baleeira tem mais de 8m, hoje a licença de pesca para camarão só pode até 8m, por isso não tem como eu pescar com uma embarcação menor. Se eu soubesse que iria acontecer isso, na verdade, até teria eliminado a minha embarcação que tem mais de 100 anos.

Então, para nós não é viável trabalhar com a embarcação pequena, pois sabemos que o mar é perigoso, não tem segurança, embora seja na baía...

(Discurso interrompido por término do tempo.)

(Palmas)



(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra o sr. Ismael Domingos dos Santos, por até dois minutos, representando Porto Belo.

Antes, porém, gostaria de comunicar que encerramos as discussões.

O SR. ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS - Bom-dia a todos!

Eu sou pescador e armador de pesca de Porto Belo, também coordenador da frota do Emalhe do Sindipi, e gostaria de relatar que do jeito que está para nós, está sendo impossível. Trabalhávamos com 15 milhas de rede, e o Ibama reduziu para nove, seis e sete e daí por diante. Assim, para pescar teremos que dispor de 40 mil de defesa. Com essa norma do Ibama de trabalhar com essa linha de rede, não tem como, nossos barcos são todos registrados, pagamos altos encargos, e para nós é inviável trabalhar com sete milhas de rede.

Temos ainda a restrição de área para pescar, aí pergunto: Por que essa área foi determinada só para nós, do Emalhe? Tem que ser discutido isso! Por que colocaram essa área no lugar onde somente matávamos o peixe? Será que foi pelo Preps, pela barba de borda que fazíamos? Provavelmente foi, porque só escolheram a área que mais matávamos corvina.

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Chefe, não estou entendendo esta questão de rede que está colocando.

O SR. ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS - A rede dos barcos da Emalhe, a metragem de rede.

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Você tem que explicar, pois sou ignorante em relação a barcos.

O SR. ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS - No barco da Emalhe a extensão de rede, no caso, 15 milhas, com altura de quatro metros. Então, para nós fica inviável. O Ibama alegou que tem que ser sete



quilômetros de rede, mas para nós com base de R\$ 40 mil de despesa é inviável. A nossa frota em Araçá e Porto Belo é de 70 barcos de pesca.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra o sr. José Silveira, de Florianópolis, por até dois minutos.

O SR. JOSÉ SILVEIRA - Bom-dia! Sou empresário armador e exportamos também. Quero dizer aqui, neste simpósio, que estamos na contramão da pesca no mundo globalizado.

A legislação brasileira já está ultrapassada em relação ao mundo moderno. Eu conheço o mundo inteiro e vou aonde tem modernidade na pesca. Quando vi no mundo inteiro que a pesca no Brasil está na contramão, fiquei perplexo, porque eu sempre digo que não quero privilégio, queremos igualdade, uma política igual no mundo globalizado. E o Brasil está na contramão por não ter as reformas estruturais, começando pela CLT, e a pesca industrial está regulamentada pela referida legislação. Como é que se vai argumentar para um pescador que trabalha apenas 8h por dia e cinco dias na semana. Não existe isso!

Então, há um ponto de interrogação, e isso hoje se criou jurisprudência no ministério do Trabalho, onde se o funcionário reclamar leva todos os direitos. Isso está praticamente levando as empresas à falência, porque o juiz pergunta se há acordo, caso não, há punição.

Então, isso é preocupante para quem é investidor, porque não existe uma legislação específica para a pesca. Eu conheci um mundo que quando eu vi as embarcações internacionais, pensei: não tenho barco, tenho uma canoa, e os nossos barcos praticamente possuem a capacidade para 100 toneladas.

Então, é um assunto para discutir! Eu nunca esqueço o que falei para o Espiridião Amin, nosso presidente da Mesa, quando visitei à Ásia, ao



encontrá-lo no aeroporto: Em dez anos os chineses irão dominar o mundo. Então, acho que está na hora de o Brasil rever o novo sistema para podermos alcançar o nosso objetivo.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra o sr. João Pícollo, do Balneário Rincão, por até dois minutos.

O SR. JOÃO PICOLLO - Bom-dia a todos! Primeiro, falar do recadastramento, tema ainda não discutido, sr. ministro.

Quero dizer que já fizemos diversos recadastramentos, mas o importante seria fazer juntamente com a Federação dos Pescadores de Santa Catarina e do país uma cooperação técnica, porque os outros órgãos que fizeram o recadastramento até hoje não tiveram resultados. Então, havendo uma cooperação técnica juntamente com a federação, ou seja, enquanto as colônias e a federação fazem o recadastramento, os outros órgãos fiscalizam.

Quero me ater também em relação às carteiras que estão canceladas. Temos pescadores que há 20 anos possuem carteiras e no recadastramento, infelizmente foram canceladas. Além disso, precisam pagar o Pronaf e o financiamento, mas não estão conseguindo receber os benefícios por causa do cancelamento das carteiras.

Eu estive no Mapa, nesta semana, segundo a informação do órgão é necessário encaminhar um memorando para a regularização das carteiras, mas pelo meu entendimento, é preciso encaminhar uma instrução normativa, e aí, sim, tem base legal para regulamentar.

Então, é necessário que se encaminhe essa documentação, com urgência, para que os pescadores possam regularizar a situação para não perder seus direitos de receber os benefícios e o Pronaf, e isso não está na pauta. O meu medo é o pescador perder a



sua aposentadoria com 60 anos e a mulher com 55, com as mudanças.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Só para dizer que o termo de acordo se encontra na Conjur, no ministério da Agricultura, e o pessoal está analisando para fazer as parcerias e os negócios.

Só para deixar registrado também que aqueles que têm o direito, aqueles que estão direitos no seu direito, usei um pleonasma bem ajeitado, não terão problema. Agora, aqueles que construíram uma trajetória meio torta e que não têm direito e que entraram pela porta dos fundos, vão ter problemas, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Manoel Xavier de Maria, representante de Itajaí, por até dois minutos.

O SR. MANOEL XAVIER DE MARIA - Sr. ministro, não vou chorar porque não há necessidade disso, até porque temos coragem de sair em alto-mar, mas quero dizer ao senhor que seja revista ou devem ser revistas todas as portarias proibitivas ao setor pesqueiro, ou certamente daqui a cinco anos a pesca industrial em Santa Catarina não existirá. Se o senhor tentar colocar no site do Mapa todas as proibições federais, estaduais e municipais que existem sobre a pesca industrial, o senhor não irá conseguir colocar em um ano, ou seja, procurar todas as proibições.

Então, saímos de Santa Catarina e somos fiscalizados, autuados no estado de São Paulo, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e por aí vai.

Gostaria de pedir ao sr. ministro, como também ao nosso deputado Espiridião Amin, a aprovação do PLP n. 417/2015, que está na Câmara dos Deputados, que trata especificamente da aposentadoria dos pescadores profissionais e artesanais; do seguro defeso e da



contagem do tempo de defeso na aposentadoria dos pescadores. Informo ainda que o referido projeto já passou pelo Senado Federal, passou pela primeira e segunda comissão e está parado na Câmara Federal há seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Você sabe qual é a comissão que está o projeto?

O SR. MANOEL XAVIER DE MARIA - Na comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, Ctas.

Quero dizer também, sr. ministro, que nós precisamos, sim, que o senhor reveja a questão das proibições, em primeiro lugar; e da aposentadoria dos pescadores, em segundo lugar. Ou a pesca industrial vai deixar de existir no máximo em cinco anos. Por que digo isso? Porque se o ano de 2017 for idêntico ao ano de 2016, mais de 40% das embarcações industriais não sairão a alto-mar em 2018.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Agradeço a objetividade!

Com a palavra o sr. Antônio Carlos Momm, representante da Penha, por até dois minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MOMM - Bom-dia a todas as autoridades!

Ministro, primeiro, as suas palavras me deixaram numa situação difícil porque me deixou arrependido por ter vendido a minha embarcação recentemente, pois agora temos um ministro que tem a intenção de tirar a burocracia deste país.

Então, aproveito a oportunidade para me dirigir às autoridades presentes e pedir a vocês que revejam a lei criada no governo Lula em relação à pesca compartilhada entre o ministério do Meio Ambiente e o ministério da Agricultura. Fazer uma lei nova, um projeto novo para levar para a agricultura, porque um



trata de fomento, outro de fiscalização, outro amarra e segura.

O segundo ponto, ministro, em 2006, quando estava frente ao Sindicato da Pesca, reuni 130 pessoas entre engenheiros químicos, nutricionistas e veterinários para fazer um rispuá novo, pois o que temos é de 1954 ou 1955. Levei a ideia ao ministério da Agricultura, dizendo que estávamos fazendo um projeto e que gostaríamos de fazê-lo a quatro mãos e quando estiver pronto levaremos ao Legislativo para ser aprovado. O que houve? Falaram para mim que estava reformando desde 1976, quer dizer, 20 anos. Um trabalho que queríamos fazer em seis meses, no máximo em oito meses. O que fizeram conosco? Eles ameaçaram todos os 130 técnicos, estes desistiram de fazer o trabalho porque sofreram pressão do ministério.

Então, vamos acabar com a burocracia e começar a trabalhar.

Tenho outro pedido, somos produtores rurais, só que não temos direito à parceria agrícola, prevista no Código Civil, mas para nós não é aplicada. Pedimos a revisão disso também. Nós, no Brasil, estamos trabalhando num sistema diferente do mundo todo, que é a parceria. Está na hora de tirar a burocracia!

Senhor ministro, gostei de suas palavras, motiva o nosso setor, porque a burocracia acaba e acabou com o setor. Acrescento ainda que portarias que são feitas pela lei são medidas internas, e as portarias valem para a pesca, tolhendo os nossos direitos.

É isso e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Só para a sua informação: O Rispuá está sendo totalmente reformulado. É uma meta minha no ministério da Agricultura de entregar o novo Rispuá, e já está bem adiantando, porque ele é de 1952, foi Getúlio Vargas que fez, as coisas mudaram muito de lá para cá, e temos tantos penduricalhos que estão dentro desse



Rispuá, que qualquer fiscal do Mapa se quiser impedir qualquer empresa, ele impede de trabalhar, quer dizer, é só ele seguir o que está escrito no Rispuá.

Muitas coisas não existiam naquela época como frigoríficos, granjas integradas. Nada disso existia.

Então, o Rispuá está sendo alterado, e eu diria assim: acompanhem no site do Mapa todas as coisas que estão sendo feitas e discutidas abertamente. E se vocês quiserem participar, já que tinham lá atrás uma intenção, uma participação e sugestões, serão bem-vindas, não há problema nenhum.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra a sra. Mirela, representante da Associação de Pescadores Artesanais de Penha, por até dois minutos.

A SRA. MIRELA - Bom-dia a todos!

Senhor ministro, sou presidente de uma associação de pescadores, em Penha, ainda muita singela, temos mais de 400 associados, e a preocupação maior dos nossos associados, dos nossos pescadores é que em Penha a maioria da pesca é feita de arrasto de camarão sete barbas, e hoje não são concedidas aos pescadores a licença de camarão sete barbas, muitos que tinham, perderam a licença e ainda está em processo.

Então, a preocupação deles é como trabalhar hoje com essa fiscalização tão grande sem a licença. Gostaria de uma resposta sobre a liberação das licenças canceladas e das próximas iniciais.

Seria isso, muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - O secretário de Pesca vai responder esta pergunta que é muito fácil.



O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL (William Costa Nunes) - Senhor ministro, não cumprimentei todos, até para não passar o tempo.

Hoje, herdamos, na verdade, uma base de dados extremamente complicada, com vários furos e problemas, não há uma memória em relação, inclusive, a esse sistema e à diretoria. O Márcio assumiu recentemente e tem feito uma reavaliação em relação às solicitações desses pedidos, tanto dos iniciais que estão suspensos - como a senhora sabe -, como as licenças que estão em andamento.

O camarão entrou hoje já num raio de prioridade devido a esses problemas que não são de vocês, embora outras regiões pesquem outras espécies, mas também estão sofrendo o mesmo problema, inclusive com o próprio INSS que não consegue nem compreender, dentro do cadastro, que aquele pescador está se referindo a um pescador de camarão e não consegue entrar em determinadas bacias na questão da defesa. *[Degravação: Taquígrafa Elzamar]*

Então hoje já é uma preocupação do ministério, para que se consiga em tempo hábil regularizar as licenças e também os procedimentos iniciais. Acredito que talvez, na virada do ano, consiga-se emitir as licenças e modificar o entendimento junto ao INSS com algumas reuniões que já estamos fazendo em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Agradecemos ao Dayvson, ao ministro Blairo Maggi, ao Jaime e ao Aldair Laurito da Silveira.

Registro a presença do deputado José Milton Scheffer e do deputado Gean Loureiro.

O SR. JAIME - Bom-dia a todos! Quero agradecer a oportunidade e quero dizer que foram mencionadas várias categorias de pesca, várias modalidades, porém não citaram os pescadores da Baía Norte e da Baía Sul da nossa capital.

Eu moro na Costeira, nasci na Costeira do Pirajubaé, o deputado Esperidião Amin conhece bem essa área, e deve ter apreciado muito o camarão dessa



região, por isso, toda a Baía Norte e Baía Sul, ainda tem muita população tradicional, são pessoas que não pescam em grande escala, trabalhadores que em duas horas ou três horas pescam camarão, levam para casa e voltam ao mar. Isso já fazia meu pai, meu sogro, que trabalhavam durante o dia em outra atividade e pescavam à noite, deixavam o pescado para os filhos venderem para depois irem trabalhar.

Hoje, essa população está esquecida, está marginalizada, pode-se assim dizer. E população tradicional tem o direito garantido na Constituição Brasileira, mas na prática a realidade é outra. Atualmente existem muitas dificuldades. Ministro Blairo Maggi, quando v.exa. for embora para Brasília, vai sobrevoar a área onde pescávamos e, atualmente, as pessoas passam por essa mesma área de carro, quando antigamente só se passava de canoa. O berbigão da Costeira acabou, por isso, existem muitos pescadores da área passando dificuldades, vendendo jogos para sorteio para poder sobreviver. Não somos de maneira alguma contra o progresso, mas queremos respeito. Ninguém olha mais para o pequeno pescador, não desmerecendo a categoria de pescadores presentes, porque são grandes e valentes, mas, infelizmente, os pequenos produtores de pescados não estão sendo respeitados como deveriam. E penso que o governo deveria olhar com mais carinho para esse tipo de população, porque no montante também somos grande, só que o nosso trabalho é como se fosse um trabalho de formiga.

Muito obrigado, pela oportunidade!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Aldair Laurito da Silveira.

O SR. ALDAIR LAURITO DA SILVEIRA - Bom-dia, Sr. ministro Blairo Maggi!



Vou falar sobre as matrículas dos pescadores emitidas pela Capitania, atualmente temos em torno 350 candidatos no estado, e estamos sendo impedidos, porque a capitania não tem verba para a realização do curso, está retida em Brasília uma verba aproximada de R\$ 1 milhão para esse curso, por isso, gostaríamos que a verba fosse liberada e todos os pescadores pudessem participar. Eu tenho dois filhos que ainda não conseguiram tirar a carteira de pescador e a capitania já avisou que vai fiscalizar os pescadores sem carteira que trabalham em alto-mar.

Também questiono o período de defeso do camarão, época em que é proibida a pesca desse crustáceo, e muitos pescadores estão sem receber o salário que deve ser pago durante esse período. Agora está pior a situação, pois inventaram o tal de meeiro, formalidades cumpridas pelo proprietário. É tanta burocracia, são tantos corruptos dentro da categoria do pescador que, atualmente, não se sabe quem é pescador e quem não é. Se o período de defeso do camarão fosse pago só para quem tem a carteira de pescador, para quem realmente é pescador, dessa forma o corrupto não entrava na nossa categoria. Tenho vários parentes pescadores que este ano não conseguiram receber salário na fase do defeso do camarão. Afirmo que existem muitas pessoas fazendo a carteira de pescador sem ser pescador.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) -
Chefe, s mente para a sua orientação, estou recebendo a informação de que existe uma parceria, acordo com a Senar, a Univali e a secretaria de Agricultura. O Senar está ofertando os cursos e a Capitania vai emitir o documento, a carteira de pescador. Portanto, a reclamação que não estão sendo ofertados os cursos pode ser passada à frente. Peça para os seus filhos procurar o Senar que esse assunto será resolvido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Valdir Santos, do bairro Ponta das Canas.

O SR. VALDIR SANTOS - Cumprimento a todos os presentes! A minha reclamação é um pedido de socorro para o setor da pesca. Meu avô foi pescador, meu pai foi pescador, eu sou pescador, meu filho com 40 anos é pescador, tenho outro filho com 16 anos que não quer saber de pesca. Sempre fui pescador e sempre tive licença.

Na safra da tainha eu sempre pescava com rede alinhada, sempre respeitei a área de reserva e as leis, também sempre tive licença para pescar, o protocolo do Ministério da Pesca, porém, ano passado a Polícia Federal e o Ibama apreenderam o meu bote, cortaram a minha carregadeira, a minha alinha, assim como de outros pescadores, sendo que muitos pescadores tiveram que trabalhar escondidos, fugindo da lancha da polícia, porque tinham licença e protocolo, mas que não foram entregues renovadas pelo Ibama e pelo Ministério da Pesca.

Eu lutei tanto para ter o meu bote, e agora estou com ele apreendido, chama-se Vencedor. O deputado Esperidião Amin conheceu meu pai. Agora, tenho 20 dias para entrar com novo processo para reavê-lo, senão houver liberação o processo vai para Brasília. Por isso, estou pedindo socorro! Sou chefe de família e existem outras pessoas dependem do meu barco para sobreviver. Estou aqui pedindo ajuda! Agradeço ao sr. ministro Blairo Maggi, pedindo para lutar por todos os pescadores sejam artesanal ou industrial.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Manuel Júnior.

O SR. MANUEL JÚNIOR - Bom-dia a todos! Eu teria muitas questões para tratar com relação à pesca no nosso estado. Sou delegado sindical e trabalho no



Sindicato dos Pescadores. Mas vou enfatizar sobre a perícia médica.

Ministro Blairo Maggi, o senhor sabia que se o pescador se machucar ou ficar doente no seu ambiente de trabalho, não tem direito a entrar com o seguro defeso, porque perde automaticamente o direito de receber o salário nesse período. Acho que essa questão deve ser revista, porque todos estão sujeitos a ficar doentes. Não acho justo o pescador perder o seu seguro de defeso por motivo de doença adquirida no ambiente de trabalho.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, a sra. Carolina Martins, de Palhoça.

A SRA. CAROLINA MARTINS - Bom-dia! Fui aluna do deputado Esperidião Amin, formei-me na Universidade Federal, meu pai era pescador e atualmente é amador. Faz mais ou menos dois anos que trabalho 90% com a burocracia, eu não rendo dinheiro para a empresa, eu somente lido com a burocracia. Por um caso pessoal, fomos a Brasília para fazer uma licença inicial, faz mais de ano e a licença não saiu, não estou falando somente no meu caso específico, mas no caso da renovação de licença de barco que está deixando muitas pessoas sem pescar, tanto o pescador artesanal como o profissional, e se o compromisso é com o trabalho ele deve ter prazo.

Os funcionários em Brasília não têm como dar conta da pesca nacional. São somente três pessoas trabalhando para atender a demanda do país inteiro, do litoral brasileiro. Nós aqui queremos trabalhar, mas não tem funcionário na capital federal para vencer a demanda do prazo de documentos. É preciso compromisso com o trabalho para se gerar receita.

Muito obrigada!

(Palmas)



(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Somente para informação, estamos trabalhando para a licença de um ano passar para três anos. Deve sair logo a publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Temos ainda e já estamos com o tempo praticamente estourado mais três inscrições, do José Henrique Francisco dos Santos, de Palhoça, e duas inscrições que não correspondem ao assunto pesca, que são o Marco Baião, coordenador técnico, e o vereador Clayton Batschauer, de Itajaí, e o deputado estadual Luiz Fernando Vampiro.

O SR. JOSÉ HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS - Bom-dia a todos! Cumprimento o deputado Esperidião Amin e aos demais representantes da mesa.

Eu falo como bisneto, neto, sobrinho e amigo dos pescadores, nasci e me criei em comunidade pesqueira, e desde criança percebo que a discussão de hoje veio gradativamente com a falência do setor pesqueiro no Brasil.

Quero parabenizá-lo pela atitude, sr. ministro Blairo Maggi, também quero contribuir com a sugestão de que se levasse esta reunião até o povo, que fosse criada uma comissão que visitasse as principais comunidades pesqueiras, do Oiapoque ao Chuí, do pescador mais simples até o armador da pesca industrial. E que essa comissão montasse um diagnóstico, porque pelo que o secretário da pesca falou o próprio Ministério não dispõem de informações históricas. E, talvez, montando essa comissão com representantes das classes interessadas, com esse diagnóstico, conseguíssemos achar uma solução para a problemática da pesca.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Marco Baião, pelo tempo de dois minutos improrrogáveis.

O SR. MARCO BAIÃO - Em primeiro lugar, acho que atendo o pré-requisito, tenho os dedos calejados, não da pesca, mas do computador como técnico do sindicato, e lido no dia a dia com essas questões. Eu quero tentar ajudar um pouco sobre a questão que o ministro Blairo Maggi manifestou. O que é do Ministério do Meio Ambiente, às vezes, não poderei resolver, mas o que for assunto do Ministério da Agricultura e da Pesca, vou tentar resolver.

Tem um item que não falamos na nossa reunião que se chama pesquisa pesqueira. Nós estamos falando e 50% da nossa conversa é gestão pesqueira e os outros 50% da conversa é operacionalização da atividade de pesca, regularização, licenças etc.

A gestão pesqueira brasileira, como todos sabem, é realizada por dois ministérios, gestões conjuntas. Nós temos vários sistemas dentro dessa composição que se chamam CPGs, Comitês Permanentes de Estudos, e temos também a CTPG, Comissão Técnica Permanente de Gestão Pesqueira, entre os dois ministérios em nível superior que dão suporte aos ministros. Porém, vejo para que se possa trabalhar hoje sobre tudo isso que foi manifestado, ou seja, cotas, estabelecimentos de defesa, etc. é preciso mais conhecimento. Faz mais de 20 anos que o Brasil não gera nenhum conhecimento em pesquisa pesqueira, vivemos hoje em um deserto do conhecimento. Por exemplo, a Lei n. 445 foi editada e publicada com base em conceitos que não atende a legislação, ou seja, a legislação pesqueira foi editada sobre visão puramente ambientalista visando recurso e sem, principalmente, atentar a questão da pesca.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Com a palavra, o sr. Clayton Batschauer.

O SR. CLAYTON BATSCHAUER - Bom-dia a todos! Estou acompanhado do vereador Fernando Pegorini, representamos a comissão de Pesca e Agricultura, da Câmara Municipal de Itajaí, e neste ato, ministro Maggi, é com satisfação poder ouvi-lo sabendo da importância que o ministério tem para o país, para o nosso estado e município. Ficamos felizes com a sua humildade ao dizer que vai ouvir pessoas que conhecem melhor o tema, pesca, para tomar decisões importantes. E com base nessa humildade é que pedimos que o sr. possa ouvir com carinho, o município de Itajaí que está aqui representado pelo nosso prefeito Jandir Bellini, por vereadores e por dois secretários municipais, que dê ouvidos ao nosso representante do Sitrapesca, que vai com absoluta certeza falar com a voz dos mais de 200 mil habitantes de Itajaí, segmento tão importante que envolve a total capacidade do desenvolvimento econômico do município de Itajaí e de Santa Catarina, porque somos o maior porto pesqueiro do país.

Desejamos sucesso, sr. ministro Blairo Maggi, à frente do ministério! Sabedores, como somos hoje, de que v.exa. tem a humildade e também a grandeza do sentimento de saber da importância do ministério que v.exa. tem nas mãos. Sucesso! E mais uma vez quero enaltecer e dedicar o nosso carinho e admiração da cidade de Itajaí ao deputado federal Esperidião Amin.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin)- Tenho só duas questões a colocar, deputado Clayton. A primeira é que o secretário da pesca do ministério da Agricultura, e o representante do Ibama dispõem-se a permanecer com toda a equipe da Agricultura e Pesca, para discutir com detalhes todas as questões. Acho que isso merece um aplauso



especial, não é uma reunião para se fazer de conta. As inscrições estão encerradas.

Quero dizer com muita humildade também, que já participei de muitas reuniões, mas nunca havia visto se esgotar o assunto com todas as possibilidades de pergunta com o espírito democrático aqui representado pelo ministro Blairo Maggi, e por nós todos que acompanhamos. E como se diz na ilha: Preste atenção, desses um banho! Meus parabéns!

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA (Blairo Maggi) - Eu tenho compromisso, estou atrasado para almoçar com o governador, vou tentar chegar a casa dele só para cumprimentá-lo e depois vou embora. O meu time fica. E pergunto: Vocês vão ficar? Se não ficarem todos vamos embora.

Deputado Esperidião Amin, agradeço o convite ao senador Dário Berger e demais deputados. Espero que as discussões à tarde continuem com o mesmo nível, com muita transparência. Estou levando tudo o que recebi por escrito, e solicitei cópia que vamos regravar toda a conversa para ver como vamos encaminhar.

Quero muito, rapidamente, responder às questões que foram colocadas pelos senhores, os comentários, com a possibilidade em poder resolver os assuntos. Digo ao pessoal de Itajaí, que vou estar em Balneário Camboriú, do dia 23 de novembro até 10 de dezembro, quero ter tempo e fazer uma visita nas indústrias do município de Itajaí, conversar mais sossegado com todos vocês.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Esperidião Amin) - Convido o deputado Luiz Fernando Vampiro para dar continuidade aos trabalhos da mesa. [Degravação: *Taquígrafa Ana Maria*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro) - Dando continuidade aos trabalhos, faço um



encaminhamento, porque, se nós ficarmos sem encaminhamento, acho que ficaremos aqui... os assuntos estão postos, todos já sabem da dificuldade, então, por isso, coloco agora o sr. João Pessoa, que poderá falar cinco minutos e depois o secretário Dione Silva Santos, para falar cinco minutos. Acho que é importante eles falarem sobre os relatos que ouviram aqui e do que pretendem, obviamente, encaminhar.

Não há alternativa, não podemos ficar redundantes nas colocações, tanto de pescadores quanto da classe, porque senão daqui a pouco não terá coordenação da reunião e ela fica vazia.

Deputado Peninha, o senhor quer se fazer presente aqui na mesa? Obrigado! Mais algum deputado na Casa?

Solicito que o diretor do departamento de registro e também o diretor do ordenamento na pesca façam-se presentes aqui na mesa.

Com a palavra o secretário da Pesca, sr. Dione Silva Santos.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Senhoras e senhores, boa-tarde a todos!

Entendemos, primeiramente, a seriedade de todos os assuntos que estão sendo tratados aqui. Para nós é uma oportunidade ímpar, especial, estar em Santa Catarina.

Sabemos dos graves problemas do ordenamento que o setor sofreu ao longo, principalmente, de um ano para cá, com a extinção do ministério, a forma como a política desse ordenamento de um setor tão importante e produtivo do país perdeu, talvez não somente na extinção, mas também na forma de transição das políticas públicas que existiam no ministério e como eles chegaram dentro do ministério da Agricultura.

Mas, ao mesmo tempo, que isso se tornou um problema para nós, é uma grande oportunidade estarmos dentro de um grande ministério. Se vocês olharem para as outras cadeias produtivas, como o porco, a galinha, os grãos, verão que estão dentro de um



órgão, atrás de uma locomotiva, caminhando forte, crescendo, sustentando basicamente grande parte da nossa balança comercial.

A pesca e a aquicultura precisam estar nessa locomotiva. Precisamos tratar como um agronegócio, como *business*, mesmo o pequeno pescador até o grande empresário do setor, todos contribuem para o crescimento deste país.

Então, entendemos quão importantes são as políticas públicas de interação com o setor. Entendemos, compreendemos os direitos, o quão importantes representam para a economia do país e essa é uma oportunidade devido à mudança da mentalidade para o ordenamento do setor. Vocês ouviram do ministro, o ministro está preocupado com o desenvolvimento e a retirada dos entraves para que o setor desenvolva. Esse é o primeiro passo que precisamos dar. A mudança de mentalidade do que são a pesca e aquicultura para o país. Estamos vivendo muito do que pode ser, o potencial que um dia o Brasil... que um dia a pesca... vivemos de um dia, um dia... um dia... chega! Precisamos virar esta página, mudar esse discurso e colocar o setor dentro de um diálogo estratégico de crescimento neste país. É geração de emprego, de renda, de desenvolvimento; é balança comercial, é investimento, tudo isso! Mas, o setor é visto, infelizmente, vocês sabem disso, foi herdada uma ideia muito de criminalização do setor, foi dada uma identidade de que pesca se resume a seguro defeso.

Essa imagem foi passada de uma forma muito equivocada para a sociedade. Estamos em Santa Catarina, um estado estratégico para o setor, mas alguns outros centros, menos esclarecidos em relação à atividade pesqueira e a sua importância, ainda não compreenderam o que é estrategicamente para um país com quase 9.000Km de costa. Com um verdadeiro oceano continental de águas, com tanta terra e riqueza que podemos desenvolver, a primeira coisa que eu quero



garantir aos senhores é a mudança da nossa mentalidade.

Nós estamos aqui para ajudar o setor a se desenvolver, e temos que entender que, somente vamos conseguir realizar se retirarmos os entraves que o próprio governo colocou para a atividade da pesca.

Isso passa por um amadurecimento nessa gestão compartilhada, com o próprio ministério do Meio Ambiente, porque sabemos que esta atividade depende da sustentabilidade, não dá para pescar espécies se elas não existirem mais. Já entendemos isso, porém, precisamos compreender que as regras do jogo precisam ser bem definidas, a segurança jurídica precisa ser garantida, porque senão nós não vamos conseguir avançar.

E um ponto, o qual foi destacado aqui, como fundamental, é que temos que resolver esses problemas que são pontuais, que estão atrapalhando o desenvolvimento do setor, estão prejudicando individualmente vidas e famílias.

Um setor importante, mas, precisamos ir além, numa discussão de rever o ordenamento jurídico da pesca e da aquicultura no país. Porque, nós vamos fazer mil reuniões como essa, nós vamos resolver, mas o problema vai persistir por um ordenamento legal, que está ultrapassado se compararmos com outros países, como já foi dito aqui: a Ásia, os Estados Unidos, enfim, outros países estão milhares de anos a nossa frente no relacionamento pesqueiro.

Não precisamos inventar um novo ordenamento, podemos sim, olhar para o amadurecimento que esses outros países falaram, trataram, debateram e hoje estão aí, em um nível de competitividade imenso.

Chegamos agora, eu e o Sami do ICCAT, numa discussão sobre o atum, lá eles estão falando em outro nível de tecnologia. Acho que o único fator que temos e que pode ser comparado, maior do que o deles, é a nossa proximidade com as áreas pesqueiras, mas, as nossas embarcações, o nosso ordenamento, a nossa



fiscalização, está toda atrás, e eles estão sempre contando com a nossa falta de organização do setor. É o que dá a eles força, então precisamos mudar isso.

A discussão aqui é pontual em relação aos problemas enfrentados em Santa Catarina, e conseqüentemente em outras regiões do Brasil, porque resolvendo alguns casos, com certeza será replicado a outros estados. Mas precisamos amadurecer numa discussão sobre os marcos legais do ordenamento pesqueiro. Precisamos levar ao Congresso, ao presidente da República e ao Ministro, que está envolvido plenamente com essa diminuição da burocracia.

Então a minha fala, é nesse sentido, temos um grupo pequeno, mas é um grupo aguerrido e que se tem comprometido ao máximo em resolver os problemas.

As nossas pontas que são a superintendência, os senhores viram o que aconteceu, foram praticamente dizimados, chegando dentro da estrutura da superintendência da agricultura, que já tem uma agenda extensa, não é novidade para ninguém, a agenda da agricultura e do abastecimento da pecuária é imensa. Então, agrega-se um setor importante e estratégico como o nosso, com nuances, particularidades, questões específicas, entra nesse bolo de uma agenda gigantesca sem ter vindo uma estrutura devida para que as superintendências possam dar a atenção que o setor merece.

Mas, apesar dos problemas, não quero tirar o brio e a continuidade que temos que dar para esse setor, não é uma questão específica nossa, é uma questão de nação.

Há 40, 50 anos, um pouco mais, o petróleo era algo que o brasileiro não conseguia compreender o que era essa riqueza, tiveram que fazer verdadeiras campanhas nacionais para a valorização do petróleo, e hoje ninguém tem dúvida da importância do que é o pré-sal para o país.



Digo que a pesca, o peixe, é o boi do sec. XXI na produção de alimentos, e sabemos que nenhum tem a produtividade que nós temos. Agora, precisamos fazer com que a nossa voz seja compreendida nesse nível de discussão.

Precisamos falar a mesma linguagem, a união do setor hoje não é uma questão de gestão, senhores e senhoras, é uma questão de sobrevivência da nossa articulação dentro do governo. Já foi falado em pegar pesca esportiva, colocar para o ministério do Turismo; pesca artesanal, colocar para o ministério do Desenvolvimento Agrário; pegar a aquicultura colocar para um lugar, desarticulando o setor... Não podemos permitir o desmonte que já foi feito, da forma que foi, do ministério, que isso seja levado ao setor também.

Temos que entender que para o pequeno pescador está faltando uma carteira, uma dignidade da sua atividade. Eu sou advogado, tenho a minha carteira da OAB, tenho representatividade junto a minha sociedade, porque tenho a minha carteira, representação da minha profissão. É preciso entender também que a legislação é um pouco aberta, tiveram falhas nesse ordenamento, na fiscalização desse setor, mas o direito é justo. Entendemos o que é o defeso e a justiça de tudo isso.

Por isso, senhores, para ouvirmos o setor, partilhar com os senhores a tomada de decisões, não é uma questão de decisão de gestão, é uma questão de necessidade.

Hoje, pela estrutura que temos, ou nós tomamos decisões juntos com o setor, ou nós não iremos nos articular dentro do governo e, finalmente, fazê-lo entender que quando existir um ministério - e talvez por uma decisão, um momento, entendeu-se que o ministério não é tão estratégico - não podem ter a vaidade de ter ou não um ministério do setor. O que queremos é que o setor tenha articulação e representatividade dentro do governo, que hoje nós



podemos construir isso dentro do ministério da Agricultura.

Essa é a nossa visão, essa colocação que vocês ouviram do ministro. Então é o momento de o setor se articular, falar a mesma língua e procurarmos resolver os problemas pontuais. Mas colocamos na mesa a discussão do Mapa, um novo marco legal para a atividade, caso contrário, nós esbarraremos nos mesmos problemas daqui a alguns anos.

O que eu ouvi aqui é que em cinco anos o nosso setor industrial pesqueiro pode se acabar, principalmente por uma coisa: pela nossa falta de competitividade nos mercados externos. Daqui a pouco eles vão entrar, já estão entrando na marra pela nossa falta de fiscalização dentro da zona econômica exclusiva. Quanto mais eles verem que o nosso setor não é produtivo, que não é organizado... Há lobbys internacionais que estão acontecendo agora na OMC, no ICCAT, na FAO, na ONU em grandes jogos aí discutindo o quê? Discutindo a entrada dessas embarcações ou explorações da atividade pesqueira dentro da nossa costa. Os nossos barcos estão em grande maioria ultrapassados. Como é que nós vamos competir nesse nível com esses grandes mercados? Se não conseguirmos abastecer nem o nosso, eles vão entrar aqui para abastecer.

Então, senhores, a minha colocação aqui é que possamos sim, tratar os problemas. Anotamos uma série de questões, foi extremamente importante ouvi-los. Queremos ver o que mais nesse tempo podemos tratar para que possamos realmente avançar e esclarecer.

Pedimos o apoio de vocês para que possamos unidos levar a esse nível de discussão em relação ao ordenamento da pesca no país, a construção de um ordenamento legal, competitivo, enxuto, que garanta direitos e obrigações, mas que, principalmente, ele consiga manter a atividade viva, essa é a nossa colocação.



Estou aqui com o Márcio, que é o diretor do Registro, Monitoramento e Controle - RMC, que é o cartório do ministério em relação à pesca, onde estão as licenças, o RGP. Sabemos dos gargalos que estão acontecendo, que são grandes, devido a uma equipe reduzida e alguns problemas que herdamos; mas o Márcio está aqui, com os membros da equipe para que possam também ajudar, atender e encaminhar algumas questões dos senhores e senhoras; o Sami de Moura, é o diretor de ordenamento da atividade pesqueira da pesca, dentro do ministério, estão aqui com os dois diretores; o diretor da Aquicultura está participando ABCC hoje, por isso não está aqui, mas também discutindo com o pessoal de camarão as questões inerentes ao desenvolvimento do setor; o chefe de gabinete está aqui conosco; temos também a coordenadora da diretoria do ordenamento da pesca. Enfim, senhores, queremos ouvi-los ainda um pouco mais e debater algumas questões que foram colocadas.

Especificamente, anotei uma série de coisas, mas talvez possamos, com o grupo que ficou, tratar algumas questões que são um pouco mais urgentes, vamos dizer que tenha um cunho mais imediato para tomar as decisões do ministério.

Antes de passar a palavra, só pedirei que o nosso representante do MMA também possa fazer as suas colocações, é importante estarmos juntos, para que o setor possa se desenvolver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE MOREIRA JUNIOR - Obrigado, secretário!

Pelo Ibama e também como representante do ministério do Meio Ambiente, eu ouvi as diversas manifestações dos pescadores, dos representantes e observei muitas vezes o Ibama ser citado e acho que é um esclarecimento importante.

O Ibama hoje, no ordenamento pesqueiro, a função é contribuir tecnicamente com o ministério do Meio



Ambiente. Normas que foram citadas aqui, após 2009, não são normas do Ibama. O que nós temos hoje é que muitas vezes tem um arcabouço de normas tão grande na pesca que ainda temos normativas do Ibama que não foram revogadas tacitamente, e que continuam valendo, porque não tiveram novas normas dos novos ordenadores.

Então, essa questão é importante que seja colocada. Estamos acostumados que o Ibama seja uma vitrine e muitas vezes ele que leva e que vai para o embate. Nessa parte não temos, após 2009, essa competência.

Estamos aqui juntos e acho que este diálogo com o setor do ministério da Agricultura, o comando foi dado pelo ministro, e isso tem que acontecer, esse novo destravamento, reluto que está acontecendo.

Mas acho que também tem que haver um entendimento, que houve um enxugamento muito grande no ministério da Agricultura, mas estamos retomando o diálogo e nós queremos que isso avance, porque a pior coisa que pode ocorrer é...

A fiscalização é nossa, e para fiscalizar nós temos que ter regras claras. Isso hoje está necessitando, como foi colocado aqui anteriormente, de uma revisão. Diversas normas precisam ser revisadas. Acho que esse é o principal encaminhamento que precisa ser dado quando chegarmos a Brasília, já com o comando do ministro e do nosso que já foi dado. Que tenhamos como construir com uma agilidade maior nessa questão, porque foi colocado pelos pescadores que a situação está difícil, no período de 2015 a 2016, também sobre questões relacionadas a autos de infração, acho que é uma coisa pontual, isso requer análise de processos. Já fui superintendente do Ibama. O superintendente é 2ª instância, tem que receber as defesas, tem prazos para apresentação da defesa e, então, ele vai julgar dentro do processo administrativo.



Os nossos autos, é uma previsão que está posta, são todos remetidos ao Ministério Público para que analise se tem a questão penal, então, entra-se com o devido processo. Respondemos pela questão administrativa, que na esfera ambiental, nós temos: administrativa civil e penal; e o Ministério Público pela sua parte.

Foi citada também a Portaria n. 445. A Portaria n. 445 está judicializada, e aí entra a questão que vai decidir o entendimento sobre a publicação de uma norma de espécies ameaçadas. Seria uma prerrogativa do ente ambiental, houve o recurso e que isso seria parte de um ordenamento, isso está judicializado, um juiz concedeu liminar, outro voltou ao status anterior e agora tem uma nova liminar suspendendo essa validade.

Mesmo assim, estamos propondo que daquelas espécies que estão na lista possa-se trabalhar E essa discussão... senão vamos ficar num embate jurídico e não vai se avançar. Está judicializado, não se faz nada? Não! Mesmo que esteja judicializado, podemos caminhar numa proposta para destravar, desde que os dois ordenadores assim o decidam.

Então, a mensagem que eu gostaria de deixar é que eu coordeno a área de pesca dentro do Ibama, não a parte de fiscalização, mas nós temos um diálogo, eles só vão fiscalizar aquilo que nós estamos repassando.

Portanto, a mensagem é essa, nós temos que destravar essa gestão. Concordo que esse marco é importante, mas as discussões vão ser feitas dentro do Congresso. Vocês querem resultados para amanhã, para logo em seguida e isso, às vezes, demora. Precisamos avançar nisso e com rapidez. A nossa proposta é essa. Levamos isso ao ministério da Agricultura e ao secretário, e o comando do ministro foi dado. Acho que nós vamos começar a colher bons frutos daqui para frente.

(Falas fora do microfone.)

Posso não ter me expressado bem.



Há vários fóruns - fui superintendente aqui no Rio Grande do Sul e participei - há muitas formas de o pescador encaminhar as suas propostas de revisões e de normativas. Essa do Emalhe é uma que ficou um bom tempo sendo discutida, para se tentar chegar a um marco que fosse aceitável. Nós precisamos ter agilidade nesses encaminhamentos. Nós temos que dar uma resposta. Será dez, 15m, o comprimento da rede? Não podemos ficar dois, três anos para decidir isso. É nesse sentido que é a nossa proposta. Nós queremos trabalhar junto com o Mapa, é lógico que nós não somos ordenadores, mas, da nossa parte de encaminhamento da proposta pelo lado ambiental, nós vamos fazer com agilidade, porque é isso que nós queremos. Por quê? Porque da nossa parte a fiscalização espera isso. Ela quer estar na água fiscalizando com regras claras. E não o que nós observamos antes da própria Operação Enredados, que foram as regras, muitas vezes, mudando durante o jogo. É isso que estamos querendo estabelecer.

(Falas fora do microfone.)

Só para complementar, a questão que está sendo colocada é o processo administrativo. O ato do fiscal é um ato precário que precisa ser validado por uma autoridade julgadora. Então, por isso, esses prazos que a nossa superintendente colocou, dos 20 dias, vocês têm todo o direito de apresentar a sua defesa administrativa, ela será analisada pelo setor competente, que é a superintendência do Ibama aqui, em Santa Catarina. Não é o fiscal, isso precisa ser validado e analisado. O auto de infração pode, muitas vezes, vir a ser minorado, majorado ou cancelado se a autoridade assim entender e, por isso, a defesa é importante, como se deu o auto de infração, como foi feito.

Acho que poderíamos não polemizar. Estamos acostumados a isso. Acho que as questões pontuais... Temos a superintendência e também o nosso coordenador



da divisão técnica da equipe de Santa Catarina que está presente.

O principal é que as portas do Ibama não estão fechadas, muitas vezes as autarquias fiscalizatórias se fecham, mas o Ibama não, de forma alguma. Nós dialogamos, queremos construir.

Agora nosso papel também é difícil, nós somos cobrados para ter uma atuação de fiscalização, temos um planejamento que temos que cumprir e têm órgãos de controle em cima da autarquia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

PARTICIPANTE - Eu queria colocar questões para encaminhamento, que são as seguintes: existe o fundo de desenvolvimento do ensino profissional marítimo. Eu fiz um levantamento em relação a 2015, somente para que vocês tenham ideia dos números, o valor total arrecadado por esse fundo foi de R\$ 284 milhões, e houve ainda o excesso de arrecadação de 18%. Recursos desse fundo são empregados para o ensino profissional marítimo, e também para o apostamento da Marinha em algumas questões.

Pois bem, mesmo com uma arrecadação de quase R\$ 300 milhões, acabaram sendo aplicados do ensino profissional marítimo, apenas R\$ 85 milhões no exercício de 2015. Na pesca artesanal, desse valor chegou uma parte ínfima. Então, quando os pescadores fizeram a colocação, naquele momento para o ministro, não é que não haja cursos, eles acabam acontecendo, só que eles são insuficientes. Apenas no sul da ilha, o Celso que está aqui presente tem uma lista, existem de mais de 100 pescadores aguardando para fazer esse curso.

Os valores não são expressivos, para uma turma de 30 alunos e dobrando para 60, os valores ficam em torno de R\$ 14 mil. O dinheiro é pouco, mas não chega na Capitania. E quem realiza esse curso é a Capitania dos Portos. Naquele convênio que foi mencionado entre o Instituto Federal de Santa Catarina e a Capitania,



o que aconteceu foi que o recurso saiu do Instituto Federal de Santa Catarina, ele que patrocinou o curso.

Para vocês terem uma ideia, existe pescador pensando em se quotizar, dando dinheiro para associação, para a associação patrocinar cursos, assim como o IFSC fez. Isso é um absurdo! Um fundo que arrecada quase R\$ 300 milhões por ano.

Nós havíamos solicitado ao senador Dário Berger que fizesse o levantamento de quanto efetivamente desse fundo está vindo para Santa Catarina, e do que está vindo quanto está sendo destinado para cursos da pesca artesanal, tenho certeza de que o número vai ser surpreendente.

Paradoxalmente, a Marinha que teria a obrigação, tem a exclusividade para ministrar o curso, é a mesma que vai depois a campo fazer a autuação do pescador que está sem a carteira. É uma situação absurda! Hoje houve autuação, o pessoal mandou mensagem.

Os pescadores estão conectados através de grupos de *WhatsApp*, amplos, extremamente capilarizados, as pessoas que estão em terra têm comunicação com as pessoas que estão no mar, então todos ficam sabendo o que está acontecendo. Souberam da reunião hoje com o ministro, pediram pelo amor de Deus para falarmos sobre o assunto da carteira, porque a multa não é pequena. Quanto é que está dando pessoal? Três mil reais? Três mil reais, imagina! Porque está sem a carteira e precisa trabalhar.

Um garoto de Biguaçu mandou uma mensagem desesperada que está com a mãe doente, que precisa da carteira para pescar.

Outra questão pontual para encaminhamento, que já foi mencionada, é com relação à Instrução Normativa Interministerial MPA e MMA, na época, n. 12, de 22 de agosto de 2012, no art. 17, no qual criou um grande problema. Como vocês sabem as embarcações podem ser de pequeno, médio e grande porte, na pesca industrial; na pesca artesanal, apenas pequeno porte,



até 20 AB. O que o art. 17 fez? Ele colocou as embarcações de 15 a 20 AB, como tendo obrigatoriedade de ter o Preps instalado. Isso acabou criando, por vias transversais, a criminalização da pesca artesanal, porque tem procurador da República interpretando que a não colocação do Preps, ou o seu mau funcionamento significa infração à Legislação Ambiental.

Na jurisprudência, isso não é unânime. Tem Desembargador Federal que entende que não é crime, é só infração administrativa. Mas nesse meio tempo fica o pescador criminalizado e angustiado.

Recebi uma ligação nesses dias - eu sou Advogado, atuo na área -, ligou-me o pescador apavorado, porque um Oficial de Justiça estava batendo na porta intimando para uma defesa em ação criminal, porque ele não estava com o Preps instalado numa embarcação de pouco mais de 15AB. Isso é um absurdo!

Então, peço uma atenção especial para que houvesse a supressão do art. 17. Ele sendo suprimido resolve o problema em relação à pesca artesanal.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

PARTICIPANTE - Na pesca da tainha fui autuado, no final de junho, dia 25 de junho, enquanto o Vitor estava na minha embarcação, a lancha da Polícia Federal corria atrás para verificar se o meu mandado de segurança valia. Então, o responsável da Federal falou para o Vitor que o mandado de segurança estava valendo e que iria liberá-lo, mas que iria levar as tuas anilhas. Eu disse: Não, você vai levar o barco todo!

Se o mandado de segurança diz que eu posso pescar, não está proibindo as anilhas, está dizendo que eu posso pescar. Mesmo assim ele levou metade das minhas anilhas.

Há dez dias eu cheguei da pesca e tinha uma carta do Ibama na minha casa, meu barco e minha rede



estavam apreendidos. Então, fui ver o documento e lá estava que ele me autuou no dia 25 de agosto com a rede de fio de seda, malha 8, a minha embarcação avaliada em R\$ 60 mil, mas vale R\$ 140 mil e a rede que paguei R\$ 40 mil, avaliou em R\$ 20 mil. Eu não podia vender, trocar ou mexer nela. Para concluir, eu tinha 30 dias para fazer a minha defesa e apresentar, só que ela chegou a minha casa com 20 dias de atraso. Como me defendo?

Agora vejam! No mês de agosto ninguém pesca tainha em nosso estado, então está certinha a data, 25 de agosto, pelo navegador está corrigido, também tenho navegador no meu barco, as coordenadas estão certas, só que por essa liminar ele não poderia me autuar.

Agora, tenho um processo no Ibama e um processo na justiça, como me defendo?

O advogado viu todo o processo e ainda perguntou como eu iria me defender disso. Isso é o quê? Abuso de autoridade?

O mesmo que entrou no meu barco abriu o porão e viu que tinha uma raia, que um amigo me deu para almoçar, ele simplesmente pulou em cima do peixe. Então, eu o peguei pelo pescoço, e perguntei o que ele queria fazer ali.

Vocês dizem que são do Ibama, dialogam com os pescadores, mas só dialogam aqui, no mar não é assim.

Eu disse para a Polícia Federal que quando é a lancha do Ibama que chega, o policial chega armado até os dentes, porque a única arma que o pescador tem é a boca, pescador não anda armado. Somos tratados no mar, pelas autoridades, como bandidos!

Este ano na pesca da tainha quando alguém via a lancha já avisava todo mundo: "A lancha está no mar." Parecia que nós éramos traficantes, ladrões, correndo para tudo quanto é lado. Agora, como eu vou esconder uma embarcação no mar de uma lancha que atinge 36 milhas por hora, sendo que a minha faz apenas seis milhas?



Imaginem! Eu vou me esconder onde? Mesmo porque eu não preciso me esconder, tenho uma carteira aqui, esta é profissional, tirei com 14 anos, em 1980, sou nascido em 1965. Em 1980 eu embarquei pela primeira vez. Hoje eu tenho dois filhos, um com 23 anos e outro com 19 anos já pescando, e não conseguem retirar as suas carteiras em razão dos entraves já citados.

Obrigado pela atenção!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE MOREIRA JUNIOR - Eu gostaria de solicitar que nós não ficássemos pontualizando sobre a questão de um auto de infração ou de outro, mas vou responder a sua pergunta.

A questão do prazo funciona com AR, o que comprova a chegada do auto é o seu recebimento, o prazo vai começar a contar daquele recebimento. Por isso é preciso assinar o recebimento e é a partir daí que a autoridade conta o prazo. A autoridade é a Superintendência de Santa Catarina, que se deve procurar, e se estiver dentro dos 30 dias, poderá apresentar os seus argumentos. Ninguém está coibindo, de maneira nenhuma, a possibilidade de defesa, é exatamente isso que eu havia falado antes. É o ato dele, o ato é precário que vai precisar ser referendado pela autoridade julgadora que, no caso, é a superintendente e, no caso de recurso, até Brasília, dependendo do valor do auto.

Vamos para as questões maiores que é o encaminhamento. As questões pontuais a superintendente, o chefe da DITEC local, estão aqui e poderão no Ibama estar atendendo vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

PARTICIPANTE - Existe o Decreto n. 8.425, de março de 2015, que considera o pescador artesanal até 20 AB. Por que criar o 10 AB? Criaram a subclasse dentro de outra classe. Se o pescador artesanal é até



20 AB e depois liberaram para 10 AB. Um conflito de legislação. Na verdade não liberaram para ninguém. Ele é que ganhou uma multa de R\$ 3 mil da Capitania, porque estava fora de uma milha da costa, mas se estivesse dentro, o Ibama prendia.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Decreto de quem?

PARTICIPANTE - Decreto n. 8.425, art. 2º.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Esse dilema é importante.

PARTICIPANTE - Eu acho que vocês conseguiram entender. Um órgão diz que eles podem ir até aqui e outro diz que ele só pode de lá adiante, aí eles não podem estar em lugar nenhum pescando. Essa é a questão, isso precisa ser resolvido.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Essa ficou dentro dos encaminhamentos da IN 12/2012, não é essa?

PARTICIPANTE - Querem fazer entreposto de pesca, para garantir a qualidade do pescado, mas ao mesmo tempo em que querem garantir a qualidade na hora que chega ao porto, o Ibama proíbe o pescador de ter uma casaria.

Meu pai já foi operado três vezes em razão de câncer de pele pela exposição solar. Proíbe o pescador de ter uma casaria e porão, que é o local adequado para armazenar o peixe. Ao invés de incentivar o pescador a ter um porão louvável para armazenar com gelo o peixe, o Ibama retira isso. Pelo Ibama não pode ter porão e casaria. Eu acho que nem na escravidão eles tinham condição de trabalho como a que o Ibama está pedindo para o pescador agora. É essa a colocação.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Senhores, depois eu faço os comentários sobre o Preps, sobre a ZEE, IN 12/2012, esse fundo da educação. Vou continuar passando a palavra.



PARTICIPANTE - Secretário, os pescadores estão querendo saber sobre a situação do prolongamento dos 10 dias a mais. Se vamos ter que passar na Secretaria da Pesca daqui ou vai ser enviado, porque nós temos que levar uma cópia para entregar na Polícia Ambiental, para que os pescadores não sejam abordados pela Polícia Ambiental.

Nós já sabemos que o Ibama deu a sua palavra, o Ministro deu também, o senhor também deu o seu ponto de vista. Nós queremos saber como vamos fazer para levarmos um documento para a Polícia Ambiental. Qual é o caminho?

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Vocês encaminharam diretamente para o ministro, aqui tem o documento. O que nós vamos fazer é formalizar esse documento com urgência, um pedido de urgência até pela colocação do ministro, já teremos na segunda ou na terça-feira a nota técnica já explanando e dando a decisão, fazendo o nosso encaminhamento positivo e também pedindo que seja feito pelo Ibama. Nós vamos encaminhar uma cópia para a Superintendência e acredito que seja mais fácil para os senhores pegarem a cópia do documento.

Eu vou pedir que o senhor entendesse que é necessária a formalização.

PARTICIPANTE - A situação de carteira foi muito debatida hoje. Nós estamos com um pescador, este senhor aqui, que é igual a um peixe, pois se tirar ele da água ele está morto. Ele tem 38 anos de pesca. A sua esposa nesta hora deve estar puxando siri para fazer carne de siri. Os dois ficam com as suas embarcações trabalhando, eles têm cinco embarcações e três Pronafs para pagar. A carteira dele consta como cancelada desde 2012. Nós sabemos que esse processo não foi feito por vocês, na época. Sabemos que ele fez o cadastramento da carteira, assim como outros pescadores, só que esses cadastramentos não estão aparecendo, estão aparecendo muitas carteiras canceladas de legítimos pescadores. Então, fica uma



situação muito complicada, porque têm pessoas que nós sabemos que não são pescadores e já receberam.

Ele está com o Pronaf que vence agora em janeiro, já mandei os documentos para a Secretaria, as provas de quantos anos ele faz defeso, conheço ele desde o tempo que eu estava na Colônia, hoje estou no Sindicato. É uma pessoa que só sabe viver da pesca, se tirar da pesca está morto. Ele está apavorado, quase enfartando, tem problemas de diabetes. Não sabe como fazer para pagar o Pronaf. Não é que o Pronaf é descontado com o defeso, mas ele junta o Pronaf dele e de sua esposa e quita a sua conta no banco, para ele ficar com crédito no banco.

Então, a partir deste ano ele será um pescador devedor no banco, porque não terá condições de pagar com a situação que estamos: a lagoa está assoreada, a pouca quantidade de camarão, ele está se virando com siri e outros peixinhos. A situação é grave!

Nós chegamos aqui, o atendimento é bom, mas não tem solução.

A licença de pesca nós estamos esperando há meses. Estou com quatro Pronafs de pescadores para serem liberados. Não estão liberados porque as licenças não entraram no sistema. É preciso adiantar essa documentação para nós.

O sr. Samir sabe, sempre lutou pelos pescadores, sinto saudades do seu trabalho, tem que voltar a trabalhar mais conosco, nós sabemos do seu conhecimento. Parabéns!

Temos que destravar essa situação. Foram muitas carteiras canceladas, estou de acordo, mas parece que foi um sorteio que atingiu os legítimos pescadores. Nós sabemos que existem muitas pessoas que não são pescadores. Sabemos o nível de vocês com o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Tenho certeza que hoje ele não é ninguém na pesca, tem uma carteira no bolso, mas você pode abrir os documentos no sistema que ele não aparece. Hoje ele é um cidadão que está



roubando peixe e camarão no mar, ele tem a carteira, mas se a polícia puxar o documento ele está frito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Senhor, eu vou pedir com relação a esse caso, quisera eu poder resolver todos os casos, como é uma questão pontual vou determinar ao nosso diretor, junto com a equipe e a Superintendência que analise especificamente com urgência o seu caso. O seu caso nós podemos resolver, já é um caso que pegaremos, até para poder entender o que está acontecendo. Aproveite hoje, pegue os seus documentos e passe para o diretor, que tem o meu pedido, minha determinação para que a equipe já trabalhe na sua questão específica. O seu caso será um a menos.

(Palmas)

PARTICIPANTE - Meu caro secretário eu vou discordar um pouca da sua fala, quando você disse que em cinco anos a nossa pesca pode acabar em função do ataque externo. Não! Nós estamos sofrendo um ataque interno muito intenso. Tudo isso que nós estamos vendo aqui é um ataque interno.

Temos hoje um problema sério, estruturante, dentro da nossa atividade pesqueira, que é essa quantidade de leis, de normativas e principalmente de controle. Não que eles não sejam necessários, eles são necessários. Mas eu vejo também que há uma falta de conhecimento do Governo Federal, e aí eu jogo para os dois ministérios que estão aqui, dessa situação que nós estamos vivenciando.

Parece que nós temos dois governos: um que é o bom, que quer ajudar, que quer fazer com que a coisa aconteça; e o outro o governo mau, que é o que pune e o que vai atrás, o que fiscaliza, em função das normativas e das suas funções.

Parece que quando nós analisamos a questão da fiscalização, parece que existe uma certa maldade. Eu não sei se é porque nós tratamos com recursos



renováveis, com essa questão toda a sustentabilidade, existe um conceito, e principalmente o que foi falado ultimamente que foi criminalizada a atividade pesqueira.

Então, existem algumas ações que nós vemos, às vezes, que são ideológicas e que são comportamentais. Por exemplo, quando eu falei maldade, eu me refiro a uma operação que hoje está ocorrendo no Brasil inteiro que se chama Operação Mareados. Uma operação que busca punir uma atividade produtiva com cinco anos de antecedência e, em várias vezes, fundamentada em um equipamento considerado por todos os gestores do equipamento obsoleto, que não atende à demanda hoje existente.

Nós estamos hoje sofrendo muitas milionárias - falo em nome da atividade empresarial - e muitas que muitas vezes não sabemos a origem, principalmente o critério que foi adotado para que a multa seja aplicada para um colega no valor de R\$ 10 mil e que para mim seja de R\$ 200 mil, onde eu vejo ali o mesmo crime. O pior, sem o dolo, ou seja, sem a materialidade. Parece que existe alguém atrás de um computador: "Opa, aqui está o barco do Agnaldo. O Agnaldo? Quem é o Agnaldo? O Agnaldo é aquele cara que pesca sempre, então vamos dar uma multinha pra ele."

Então, acho que uma das nossas considerações aqui seria exatamente arguir o MMA e o Ibama. Se nós temos um governo que quer realmente que essa atividade se desenvolva, por que fazer uma busca cinco anos atrás? Ainda fundamentado, principalmente no caso do Preps, nessa ferramenta.

Então, acho que esse é um encaminhamento que eu gostaria de colocar aqui para nós, para ver a origem principalmente e os objetivos dessa operação, que parece até que é um objetivo obscuro. Por que cinco anos atrás? Essa é uma questão com relação à fiscalização.



Gostaria de aproveitar a minha fala e fazer alguns encaminhamentos que creio que sejam importantes. Mais uma vez voltamos a INI n. 12/2012, a questão da malha. Essa Instrução Normativa começou com as melhores das boas intenções, que era regulamentar a atividade de malha no Brasil inteiro. Ela tem um instrumento muito importante, muito interessante, ela deveria constituir os grupos e ser acompanhada anualmente para ver o resultado dessa aplicação da INI n. 12/2012, com todos os seus problemas, tinha essa possibilidade. Porém, ela instituiu gatilhos e, inclusive, isso é muito comum hoje no serviço público, principalmente nas normativas, porque o governo se encarrega de fazer o monitoramento, o acompanhamento, enfim, daquela normativa que foi instituída, mas não faz. Porém, coloca um gatilho na normativa dizendo que no primeiro ano serão 18Km, no segundo ano serão 16Km, no terceiro ano serão 13Km e caso nada seja feito, monitorado, avaliado durante esse tempo é porque está funcionando.

Isso está causando todo esse absurdo da INI n.12, porque ela não foi acompanhada, não foi avaliada. Ela está nos arts. 21 e 22 - judicializada não, porque entramos na justiça, mas não ganhamos ainda, não foi julgado -, e trata exatamente dessa questão do gatilho. Então, nós vamos entregar, já entregamos vários ofícios. Vamos novamente entregar aqui para o nosso secretário, falando da importância, da necessidade urgente de rever essa instrução normativa e revogar os artigos que estão sendo reivindicados, o art. 17, o art.20 e o art. 21.

A atividade já está sendo penalizada. O próprio Ibama mandou um comunicado - isso, inclusive, está na nossa correspondência que foi enviada para a secretaria -, que em função da Instrução Normativa n. 12 nós vamos começar a fazer ser cumprida dentro da sua função. Acho que o Ibama foi até muito honesto e muito correto de avisar para ter cuidado, porque



iriam trabalhar em cima disso. Essa é outra questão de encaminhamento e que, inclusive, na última reunião do Comitê Permanente de Gestão - CPG -, nós colocamos que ela fosse tratada prioritariamente dentro da reunião da Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTPG -, que eu não sei se vai ter esse ano ainda.

Com relação aos encaminhamentos que foram feitos, voltando à questão da tainha principalmente. Nós discutimos em Brasília há um mês, sobre a questão da tainha, menos de um mês, 20 dias, onde foram feitos uma série de encaminhamentos, porém, nós, hoje, pescadores, vivemos sob a espada de um plano de gestão que não atende a ninguém daqui.

É um plano de gestão que foi feito às pressas, e por estar judicializado, foi apoiado e aprovado pelo Ministério Público. Foi uma reunião de dois dias, discutindo sobre tainha, obviamente que nós não conseguimos sair do lugar, a não ser fazer alguns encaminhamentos.

Foram feitos alguns encaminhamentos nessa questão da tainha e o que mais me preocupa é o seguinte: nós discutimos a tainha agora em novembro, porém, nós somente temos a perspectiva de rediscutir tainha em março. Isso foi mais ou menos elaborado.

Então, acho que isso interessa a todos os segmentos aqui representados, precisamos acelerar essa discussão da tainha. É preciso ter o protagonismo do Mapa, porque para o MMA talvez o plano de gestão que está aí seja ideal, mas para nós da atividade produtiva não. Por isso, precisamos forçar essa discussão e, inclusive, aproveitar a oportunidade que nós tivemos lá, do único trabalho que foi feito, que foi uma avaliação do estoque e a possibilidade de se trabalhar com cotas para o próximo ano. Da forma como está é complicado o acesso: o anilhado não pode, o cerco no ano que vem serão 32 embarcações, etc. Isso não pode ser deixado para se discutir a partir de março, porque abril está



aí, e em maio o peixe começa a vir. O peixe não avisa, ele não diz: "Decidiram aí como vai ser?"

Então, são assuntos importantíssimos: INI n. 12, CPG de tainha. É importante encaminharmos essas reuniões.

Sobre a questão da Operação Mareados, temos urgentemente que rever isso. A 445 nós temos que retomar todas aquelas negociações que estavam sendo feitas no ano passado.

Outra coisa que me assusta muito, já falei antes, não sei como nós vamos resolver tudo o que estamos discutindo: não existe uma provisão de recursos pesqueiros; não existe uma de recursos financeiros; não existe uma política de desenvolvimento de pesquisa coordenadas, visando principalmente a avaliação de estoque, já que o Brasil é o único país do mundo produtor que não tem um Instituto Nacional de Pesquisas Pesqueiras; não sei como nós vamos fazer isso somente naqueles editais no CNPq que já estão atrasados há um ano. Não é esse o caminho.

Quando falamos em Subcomitê Científico, falamos em chamar comunidade científica, qual comunidade científica nós temos hoje? Se elas há 20 anos não recebem um recurso de governo para produzir estatísticas, para produzir avaliação e ideologia pesqueira.

Isso, no meu entendimento e no entendimento da própria academia, que eu também represento... se não abordarmos com seriedade, não chegaremos lá.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Vou pedir para o senhor concluir por favor.

PARTICIPANTE - Sim, eu já vou concluir, não estou abordando aqui nada pontual, estou abordando questões que deveriam ser abordadas com o ministro.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR) [Degravação: Coordenadora Carla]



PARTICIPANTE - Secretário, até me perdoe aqui a redundância, o Baião citou um caso, e recentemente eu recebi uma multa de R\$ 800 mil do Ibama, lá de Caraguatatuba, que deve ser a região que notifica, não sei se foi falha minha ou pelo cansaço do pescador, mas ele pescou tainha e, quando chegou em terra, foi fazer o mapa de bordo, por descuido dele, acho que não pegou o caderno, ou foi plotar, e plotou do GPS, e entregou o mapa de bordo. E agora recebi a notificação que ele, erroneamente, foi notificado em meu nome, e eu fui notificado também por mais uma questão de que teria negado informações técnicas.

Então, queria saber, na verdade, tanto do Mapa como do Ibama, qual é a função do mapa de bordo? É 47 para estatística? Realmente o Ibama pode notificar? Porque estou numa situação na parte administrativa para recorrer... poderia ser uma notificação administrativa perguntando por que fiz isso. Pescou? Não vou pescar no entreposto de pesca, existe isso. Pelo cansaço do meu pescador, lamentavelmente, o mestre preencheu errado. Essa é minha única dúvida.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Um grave erro! Desculpa, com todo respeito ao colega. Nós temos é que misturar esses dois entendimentos, de ordenamento de setor e de fiscalização de setor, conjuntamente discutir isso, inclusive, dentro de comitês, para dar ordenamento de setor. Isso é extremamente complicado, já sabemos que é uma fórmula que não está dando certo. Isso é notório para o setor.

Nós estamos falando de setor produtivo e queremos que aumente, queremos que cresça, queremos que não se tenha planos, mas se tenha uma política nacional voltada para o setor, não viver de plano em plano. Precisamos ter um ordenamento para que os empresários, o pescador, do pequeno ao maior, saibam o que vai acontecer nos próximos quatro anos, num plano plurianual do governo em relação ao setor. Mas esbarramos nisso! Ou começamos a rever o nosso plano,



porque o nosso plano de ação é muito mais imediato do que somente discutir. Discutir é importante, principalmente a questão científica, mas não dá para ficar discutindo, é preciso tomar decisões, e uma delas passa por essa questão. Quem vai ordenar o setor? Não estamos ordenando, os buracos ficam abertos, quando os espaços não são preenchidos, outros vêm e preenchem.

Nasceu a Pesca junto com o Ibama, vocês sabem disso, tentou se separar, nunca conseguimos. Continuamos juntos, não é desmerecendo ou falando mal do Ibama, cada um tem o seu papel. A questão é ordenamento do setor agronegócio, *business*, somos nós que temos que fazer neste país! É isso! E o Ibama, os outros órgãos ambientais, fazerem o seu papel de fiscalização, de que toda a sustentabilidade de projetos sejam bem vistos. E mais que ordenamento, regras do jogo: quem pescar, como pescar, onde pescar, quando pescar, somos nós que temos que fazer. Essa é uma discussão que, eu digo a vocês, temos que levar nesse nível ao nosso ministro para conversar, também com o ministro do Meio Ambiente, levar isso ao Congresso, ao Presidente da República, para que possamos ter setor num outro nível de discussão dentro do agronegócio. Senão, vamos ter que discutir duas mentes difíceis, o ambientalista e o produtor. É difícil, às vezes, casar. Anos vão-se passando, e continuamos a parar no mesmo local. Vou passar ao Márcio Cândido, nosso diretor do RMC, para que fale em relação ao mapa de bordo, que foi colocado aqui pelo senhor.

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - Essa questão do mapa de bordo, a finalidade é sim a pesquisa; é ordenamento, é ter informação do que está sendo pescado, onde, profundidade, todos aqueles dados que têm no mapa de bordo. Seria necessário treinamento, mas nós temos que pensar em outras ferramentas para pesquisa. E outras formas de pesquisa.



(Falas fora do microfone.)

Não, mas a notificação não foi dada pelo Mapa.

(Falas fora do microfone.)

Temos que ver esse documento, para ver de quem partiu, o que ele falou. Tenho que conhecer o documento para poder me manifestar... nunca vi nenhuma notificação...

(Falas fora do microfone.)

Certo. Ibama.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Ibama, não Mapa. Estamos compreendendo.

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) Ah! Mudou o mapa de bordo?

(Falas fora do microfone.)

O SR. JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE MOREIRA JUNIOR - Aí é bem esta questão! Precisa apresentar, eu não tenho todos os autos de infração. Saber se vai colocar, vai ter que ver, lá, o processo, o que o fiscal autuou, qual é o valor da multa, vai ter que analisar, e aí a defesa.

(Falas fora do microfone)

Antes, eu vou falar da Operação Mareados, até para vocês terem clareza. Operação de fiscalização, eu não sei o senhor... Operação de fiscalização não sai da cabeça de um fiscal. Ele tem que apresentar para o chefe aqui no estado, para o chefe da divisão técnica, isso vai com planejamento nacional, que vamos estar reunidos semana que vem para fazer isso, para todas as operações do ano que vem. Então, precisa ter uma justificativa, todo o plano nacional de fiscalização, nossa é aprovado pelo presidente do Ibama. Toda a área diretiva tem acesso a isso. Esta é a nossa função, fiscalizar!

O que eu coloco, que é importante, que eu acho, e aí é uma posição do Ibama, é que muitas das regras que estão postas são regras que já necessitam de atualização. Tem regras do Ibama de 92, 93 e que, por não ter um novo regramento pelos ordenadores, permanecem válidas. Acho que é urgente definirmos



prioridades e atualizar nossas normas. No tocante à visão do secretário, eu respeito, acho que existem questões que são de ordenamento da área de fomento, mas tem questões, também, que são de ordenamento, como está posto, de ordenamento conjunto, e aí eu coloco para vocês.

No arcabouço legal brasileiro, recursos florestais são ordenados pela área ambiental; recursos faunísticos pela área ambiental; e recursos pesqueiros nós temos uma gestão compartilhada. Então, porque recurso tem que ter um viés, também, da área ambiental. Nós podemos discutir, e acho que a grande discussão, até, não é aqui, neste fórum, quais são exclusivamente de fomento, e aí eu concordo em gênero, número e grau, que é puro do Ministério da Agricultura. É isso que nós precisamos. Definir o que é puro, do órgão de fomento. Agora, excluir totalmente a área ambiental, não é o que está posto, hoje, na nossa legislação, não é interessante.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

PARTICIPANTE - Boa tarde! Primeiramente, quero agradecer pela boa vontade de vocês em estar nos escutando aqui. É muito importante para nós, para o setor, pelo menos, que tenhamos um pouco de atenção.

Nós temos dois problemas na área pesqueira, que não foram colocados. Problema é o que mais tem na área pesqueira. Já foi colocado por várias pessoas, aqui, mas nós temos um problema que não foi colocado, que é sobre a questão da carteira inicial. Hoje, eu tenho meu filho, que, como exemplo, já completou 18 anos, e já faz mais de um ano e não sai a carteira nova. Quer dizer, ele não pode pescar, não pode ajudar a família, porque não tem carteira de pesca. E, não tendo, ele não pode pescar. A lei é bem clara! Se chegar lá o Ibama e o pescador não tiver a carteira, ele vai ser preso, autuado, enfim.

Então, esse jovem que quer entrar no setor pesqueiro, ele não está conseguindo pescar, já faz



mais de um ano. Quero saber quando é que vão começar a serem feitas essas carteiras novas. Nós soubemos que há problemas com essas carteiras novas, daqueles que não são pescadores e estão querendo entrar de forma ilegal na pesca, tudo bem! Mas nós temos, também, aquele filho de pescador, que realmente é pescador, quer ajudar a família, quer ajudar o pai, quer entrar na área da pesca e não está podendo. Eu gostaria de saber quando é que esse jovem vai poder exercer a sua profissão como pescador, porque, hoje, mesmo que queira exercer a profissão como pescador, ele não pode, está impedido de exercer a profissão. Acho que é a única profissão impedida de se exercer aqui, no Brasil, é a de pescador.

Outra questão que temos, e é muito grave e não foi colocada, é a questão da aposentadoria do pescador artesanal. O senhor é advogado conhece muito bem. Tem uma lei do INSS que fala que, para o INSS, o pescador é aquele que pesca em embarcação até 6 ou 8AB, alguma coisa assim.

(Falas paralelas fora do microfone.)

Não senhor, discordo!

Pode pegar a legislação do INSS, ela é bem clara: é de 6 a 8AB, sendo que o ministério da Pesca considera como pescador artesanal até 20AB. Então, há uma contradição entre esses setores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Tem um projeto de lei para resolver isso. Já está unificando.

PARTICIPANTE- Mas a lei ainda não está aprovada. Não está aprovada. É isso que estou dizendo.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - A única maneira é a lei, é o projeto de lei, porque nós estabelecemos, mas o INSS tem um entendimento, e assim a lei vai, finalmente, dirimir esse problema.

PARTICIPANTE - Que bom! Isso é importante!

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Sobre a carteira inicial do pescador, até porque



precisamos ser transparentes foi o que o ministro disse, aqui, para não nos comprometermos com aquilo que não podemos resolver. Infelizmente, tem que partilhar a verdade.

Hoje, nós não temos estrutura dentro, nem da secretaria, nem das superintendências, para que possamos dar, novamente, vazão aos registros iniciais. Já tem sido discutido com a equipe que, em relação a fazermos o cadastramento, seria um ponto de destravarmos as carteiras iniciais.

Hoje, eu não posso, ainda, precisar para o senhor qual vai ser a estratégia, qual vai ser o encaminhamento que vamos fazer com as carteiras iniciais, porque nós também entendemos a importância. É um problema que precisamos resolver, estamos debruçados nisso para tentar encaminhar, mas eu prefiro colocar a realidade do que dizer algo que não está ainda sendo definido dentro do ministério.

PARTICIPANTE - Ainda sobre a questão das carteiras canceladas. Eu sou pescador há 20 anos, por um motivo ou outro a minha carteira foi cancelada. Quando ela retornar, vai retornar com a data inicial. Como é que ficam os anos anteriores?

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Vou pedir para o sr. Sami de Moura responder.

O SR. DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO (Sami de Moura) - Pessoal, quando você não faz a revalidação, você tem um prazo para ir na superintendência e fazer o seu requerimento. Na proporção que você não aparece, é cancelada automaticamente. Se você comparecer e fizer a sua justificativa, normalmente fica com a data anterior, sem nenhum problema. Agora, se for cancelada, porque você não apareceu, é considerado como necessário um novo registro. Isso que está previsto hoje.

PARTICIPANTE - O que é um problema para o pescador, não é?

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Eu vou passar ao doutor e assim poderemos finalizar.



Agora, se tiver alguma questão que envolva, ainda, o Ibama, vou pedir, então, só uma ordem de preferência, porque tem voo, ele precisa sair. Há algo, ainda, em relação ao Ibama?

PARTICIPANTE - Não há.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Mais uma vez vou agradecer a sua presença, pedindo que possamos, através disso, amadurecer mais as discussões e chegar a um ponto ideal, porque o setor tem todas as condições de caminhar sozinho, deixando a nossa parte àquilo que realmente é essencial. Tem alguma questão que envolve o Ibama?

PARTICIPANTE - Licença única.

PARTICIPANTE - Referente ao mapa de bordo. Diz que o Ibama pode autuar se não tiver o mapa de bordo preenchido. Então, uma embarcação de 10AB para cima tem que ter mapa de bordo. É o seguinte, mapa de bordo, porque é estabelecido... A lei diz que de 20AB para baixo é artesanal; e de 10AB para baixo não precisa de mapa de bordo. Por que acima de 10AB em diante precisa de mapa de bordo? Quem pode me responder? Isso tudo é uma categoria só e, além disso, antigamente tínhamos uma licença única, podendo pescar anchova, corvina e tainha. Agora, obrigaram-nos a escolher uma licença somente, ou a boiada ou de fundo. Então, o que acontece é que, entre safras, pescamos tainha, anchova e corvina. A corvina é um peixe que dá o ano todo. Além disso, acabou a safra da tainha, se optarmos por licença boiada, só podemos pescar tainha e anchova. Então, 15 de maio a 15 de julho é a pesca da tainha, acabou esse período só podemos pescar anchova.

Acabou esse período da tainha, pescamos anchova, e, agora, dia primeiro de dezembro a anchova para. Então, a nossa pesca é o ano todo, temos rede de anchova, rede de corvina e rede de tainha. E, como nos brigaram a trabalhar com só um tipo de rede, como a maioria optou pela rede boiada, só pode pescar tainha e anchova. Agora, neste período, a anchova



está no defeso, então, temos que esperar a anchova abrir e esperar cinco meses para poder pescar tainha ou anchova.

E, nesse período, quem tem a embarcação e pegou a licença boiada vai ter que emitir o mapa de bordo. Como não vai pescar, vai emitir o mapa de bordo como, senão está pescando? Como vamos sobreviver de um tipo de pesca somente? Não tem condição! Em três meses de pesca depender do defeso da anchova, muito menos!

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - A licença única, entendemos perfeitamente, compreendemos, é a solução para esse caminho. Inclusive, não só aqui, já é uma pauta que estamos trabalhando para ver de que forma conseguimos estabelecer.

Nós não podemos atrapalhar o setor, nós temos é que fomentar o setor. Então, a licença única, até pela questão da complexidade, que seria ter hoje, como está o ordenamento, é estabelecer a carteira única.

Pode ter certeza que isso já tem...

PARTICIPANTE - Nós temos prazo e tem que ser urgente, porque precisamos trabalhar. E se o Ibama for fiscalizar ou for no mar, vai autuar. Somos obrigados a trabalhar, e aí vai preencher mapa de bordo, se está pescando corvina, e não tem licença para corvina. E assim o tempo vai passando. Temos contas para pagar, família para sustentar, vivemos disso. Que culpa, temos? Só queremos trabalhar! Então, precisamos agilidade, precisamos resolver a nossa situação rapidamente.

Tanta portaria que proíbe, proíbe e proíbe, por que não podem nos liberar? Esperar mais o quê?

No Rio Grande do Sul tem uma licença única, pode pescar tudo quanto é tipo de peixe, o que nós pescávamos aqui.

Eu quero saber por que o mapa de bordo acima de 10AB? Por que de 10AB para baixo não? De que estudos tiraram que acima de 10AB tem que ter mapa de bordo,



se proíbem o que podemos pescar? Pescamos só três tipos de peixe. Vou observar aqui, outras licenças: anchova, tainha, sororoca, corvina, pescada, castanha, cação. Lá tem uma normativa que diz que é proibido cação, mas temos uma licença que diz que podemos pescar cação, peixe espada, serrinha, então, têm vários tipos de espécies de peixe que nós, na verdade, nem pescamos, tem até peixe de água doce que nem no mar tem. Existe uma licença que diz que podemos pegar esse tipo de peixe. Nós queremos uma licença única para pescar corvina, anchova, tainha e pescada. É o que nós pescamos!

PARTICIPANTE - Eu queria fazer uma pergunta quanto ao comprovante de entrega do mapa de bordo. Se a licença só pode ser entregue se o pescador realmente pegar o mapa de bordo?

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - Depende do tipo de embarcação.

PARTICIPANTE - Artesanal, de 20AB para baixo.

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - Pessoal, nós estamos lá há 4 meses, e tomando pé desse mundo de instruções normativas, e desse mundo novo para o Ministério da Agricultura.

Se eu falar que vamos fazer isso na urgência, talvez esteja fazendo os mesmos remendos que fizeram nas instruções antigas. Nós já fizemos oficina com os servidores da Casa, trouxemos o pessoal da superintendência para conversar e para entender isso. Estamos montando os grupos para alterar essas instruções normativas, atualizar e simplificar. Existe uma tal de autorização provisória, assim você já tem uma autorização, já têm essa fauna acompanhante, e na hora que quer pescar um outro, ainda depende dessas APDs. Isso, nós vamos acabar com essas provisórias. Já tem uma licença, é a sua licença, não tenho que ficar criando trabalho para o ministério, nem dor de cabeça para vocês. Nós



entendemos isso e vamos avaliar essa questão da licença única, porque para nós é muito mais fácil se pudermos...

PARTICIPANTE - Até porque essa licença única não é novidade. Sempre foi licença única, não é novidade! A novidade foi o que fizeram agora!

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - Alguns gênios criaram essas coisas. Por que eu digo que não pode ser imediata. Além da revisão nossa, e com o grupo da ponta, que tudo vai ser descentralizado para a ponta, já estamos trabalhando o regimento interno, e a execução não vai ser nada em Brasília. Vai ser tudo aqui na ponta. Brasília tem que fazer relatório, acompanhar, fazer política pública, acompanhar o desenvolvimento. Mas nessa questão da licença, as provisórias nós pretendemos acabar e simplificar. Nós temos que submeter para vocês para consulta pública.

Depois que desenharmos a minuta, nós vamos publicar para o setor se manifestar. E o setor vai ter um prazo de 30 a 40 dias, que seja colocado nessa consulta pública, para se manifestar, e assim avaliarmos as manifestações do setor para sair o normativo novo. Mas com a participação de vocês, porque é dessa forma que se trabalha a norma. Então, se eu falar que vamos fazer isso em 30 dias, 60 dias, para errar de novo? Não! Vai demorar mais um tempo, mas esperamos errar muito menos, e vai ter o momento de vocês se manifestarem, vai ter o momento do diálogo.

PARTICIPANTE - E referente à fiscalização. Nesse período, até regularizar tudo isso, o que vai acontecer conosco? A embarcação vai ser multada, vai ficar apreendida? Que culpa, temos?

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - São as normas que estão valendo. Eu não posso assumir um compromisso, aqui, e nem dizer. Se existe uma norma vigente, temos que obedecer a essa norma.



PARTICIPANTE - Com essa norma a nossa família vai passar fome. Nesse período todo, vamos fazer o quê? Se for normativa isso pode ser mudado, creio que sim. Não resta dúvida. Então, o que vamos pagar por isso, ficando sem trabalhar, ou pedir dinheiro ao governo, ou ir para uma sinaleira pedir esmola? Querem que o pescador assalte os mercados para dar comida para as suas famílias?

PARTICIPANTE - Secretário, eu tenho um encaminhamento em relação a isso. Tenho uma sugestão em relação a essa questão.

Eu participei do GT Náutico do ministério do Turismo, e da minuta das Portarias n. 24 e depois da n. 404, que trata da regularização de estruturas de apoio náutico. O que foi colocado na portaria é que se abriria um prazo para a regularização naquele caso, lá, da regularização de estruturas de apoio náutico, ainda irregulares, e que nesse período não haveria autuação. Então, o que pode ser sugerido e encaminhado é que se identifique pelo menos as questões mais problemáticas, que estão pendentes de revisão, e que se baixe uma portaria, pelo menos suspendendo a fiscalização sobre aquelas normas, durante um determinado período, 12 meses, 24 meses, alguma coisa assim.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Eu vou pegar encaminhamento, sim, disso aí, passar ao ministro. Acho que discutir junto com o ministro do Meio Ambiente para que tenhamos o posicionamento do ministério. Eu compreendo que seria uma forma, enquanto está-se debatendo e discutindo, termos a suspensão, é justo. Eu vou dar o encaminhamento disso. Não temos como dizer, agora, imediatamente, se isso vai ou não se resolver e nem em que prazo. Infelizmente, mas é a verdade. Já anotei o encaminhamento, e já vamos passar ao ministro.

PARTICIPANTE - Aquela questão que foi colocada, das embarcações de até 10AB. É o seguinte, elas só podem, pela norma da Marinha, pescar até uma milha da



costa e, mesmo que quisessem pescar a mais de uma milha da costa, não conseguiriam em função da altura da rede que elas portam. Ou seja, elas não têm rede para pescar além de uma milha da costa. Acontece que a PI, a Portaria Interministerial n. 14, de 2015, artigo 3º, inciso 2º, proíbe que num determinado período eles pesquem dentro de uma milha da costa. E, em consequência disso, dezenas, centenas de embarcações ficam sem poder pescar, porque não lhes é permitido pescar além de uma milha, e dentro de uma milha da costa, pela portaria interministerial, não podem pescar. Então, o encaminhamento é para que seja suprimido o inciso II do artigo 3º da Portaria Interministerial n. 14 de 2015. Obrigado!

PARTICIPANTE - Por que, agora, vai ter que fazer um estudo para nos conceder a licença única, novamente? Por que não foi feito esse estudo também quando nos tiraram a licença? A licença única, para nós, ela estava valendo até 2014. E, de repente, em 2014, fomos renovar a nossa licença e veio flutuante ou fundo; boiada, superfície ou fundo. Quer dizer que para nos tirar não tem estudo, mas para nos colocar, vai ter que levar seis meses, um ano, porque tem que haver estudo.

E outra, a tainha está na porta, de novo, como o nosso colega ali passou, o Adriano passou. A safra da tainha está de novo, passou dezembro, nós já estamos puxando as nossas embarcações para trabalhar, para preparar para a pesca da tainha. E o custeio de uma embarcação dessas para pescar tainha é altíssimo, não se gasta menos de R\$ 20 mil para adequar uma embarcação para a tainha de novo, todo ano passamos por isso. O pescador investe 20 ou 30 mil, esperando uma safra de tainha como essa que passou este ano, e não foi possível pescar. Porque não vem. Claro que não estamos criticando ninguém, estamos mal representados em Santa Catarina. Todo ano é isso, falam que ano que vem nós vamos pescar, ano que vem



nós vamos pescar, e estamos há três anos esperando para pescar.

Vocês estão acompanhando também que fechamos o centro de Florianópolis, fizemos várias manifestações. E este ano, fomos tratados como bandidos e trabalhando como ladrões, porque estava ali para matarmos o peixe, tirar a despesa feita no ano, mas não foi possível trabalhar, ficamos de mãos atadas. Além da despesa que tivemos com a embarcação, tivemos que pagar multas. As nossas embarcações, agora, estão como fiel depositário, a gente não sabe se é nossa. As nossas anilhas estão presas no Ibama, vamos ter que comprar se formos liberados para o ano que vem. Temos carregadeira, uma carregadeira dessas que foi cortada não custa menos de cinco mil reais. Temos colega nosso que a carregadeira... isso não se emenda mais! Não se faz uma emenda nessa corda para que ele vá pescar de novo. Com essa autuação, já estamos sendo punidos por duas vezes. Além da multa, estamos sendo punidos pelos nossos aparelhos que estão sendo levados, tanto a embarcação, como a anilha, como a carregadeira. Eu acho que se já tivemos uma multa e vamos ser julgados na instância federal, por que levar os nossos aparelhos de pesca? Por que levar a corda, por que levar as anilhas? Eu acho que isso é um pouco de abuso de autoridade. Estamos sendo punidos duas vezes?

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos)
- Vou passar a palavra ao representante do Ibama, para consideração final, já que precisa sair.

O SR. JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE MOREIRA JUNIOR -
Da parte do Ibama e do ministério, na questão do ordenamento, nós estamos já conversando com o Mapa, já ouvi bem claro a determinação do ministro e vou colocar para o nosso ministro, quando chegar, e acho que vai ser a mesma determinação, que isso seja encaminhado o mais rápido possível. Precisamos agilizar esse trabalho. Essa é a mensagem de ordenamento.



Na questão de fiscalização, recurso tem. A superintendente está aqui, está aberto, isso, para as defesas administrativas. Nós temos todo um regramento do nosso auto de infração. Se eu ficar aqui discutindo com vocês auto de infração, nós vamos até o mês que vem, aqui, discutindo um auto ou outro. Cada autuado tem todo o direito, por isso que eu falei que abertas as portas do Ibama, porque isso é um direito de vocês. Está previsto na Constituição o contraditório e a ampla defesa. Então, o Ibama não pode, de maneira nenhuma, furtar-se disso. Então, procurem a superintendência, apresentem as suas defesas, e nós vamos analisar isso, é o que eu posso deixar.

Muito obrigado! Vou agradecer ao secretário pela condução e aos diretores, estou à disposição no Ibama, os diretores, também. Sou o encarregado por conduzir essa questão de pesca pela autarquia e junto ao ministério. Existem exemplos, já, de trabalho do Ibama, vou só citar, até em Santa Catarina, de um trabalho conjunto que o Ibama faz com o Mapa na questão de controle de javali, que é uma praga, é uma espécie exótica invasora. E que nós estamos, esta semana, construindo um plano nacional, Ibama, ministério do Meio Ambiente e Mapa. Isso mostra que é possível trabalharmos juntos. Nós temos é que criar forma e destravar esse ordenamento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos)

- Muito obrigado!

Para finalizar, o senhor vai dar a chave. Precisamos finalizar. Você precisa entregar o documento? O senhor pode trazer para nós.

PARTICIPANTE - Boa tarde para todos!

A nossa categoria é de 1 a 20AB. Por exemplo, de 1 a 10AB, ela tem o mesmo tipo de rede que a embarcação de 10AB a 20AB utiliza. Então, só mudaram



um pouco a categoria. E geralmente as embarcações de 10AB, elas não são muito diferentes de 10 a 20, que outras simplesmente fizeram porão, fizeram a casaria, então ganharam mais um pouco de AB, mas é o mesmo tamanho de embarcação.

A questão é a seguinte, de 1 a 20AB ficaram, na safra da tainha, acho que foram 27 embarcações. Foram 33. Então quer dizer, de 113 embarcações, ficou para 77. O que é que 23 embarcações, ou 33, vão influir na pesca da tainha? Não vão atingir em nada, porque são três ou quatro embarcações da Barra, são mais uma ou duas do Pântano do Sul. Então, essas 33 são distribuídas no estado de Santa Catarina.

Então, quer dizer, fizeram bem de 1 a 10, e na verdade, no meu lugar pescam 30 embarcações e a minha tem 11AB, na pesca da tainha ficou de fora. Simplesmente, como tendo rede anilhada, conforme eles têm... Quer dizer, a pesca da tainha, em si, ela não foi proibida. Ela não foi proibida com rede anilhada, porque até 10AB, o que eu sei, ela pode trabalhar com rede anilhada. Então, a rede anilhada, na verdade, não foi proibida. Ela foi, sim, do 10AB a 20. Então, por que de 1 a 10AB pode trabalhar com rede anilhada? Por que de 10AB não pode trabalhar com rede anilhada? E outra coisa que eu queria citar...

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Mas qual o seu encaminhamento, o que o senhor nos encaminha?

PARTICIPANTE - O que eu quero, na verdade, é que de 1 a 20AB a pesca seja liberada para todos eles, com rede anilhada. Porque hoje em dia senão for com rede anilhada fica difícil, a maioria dos pescadores são todos de 40 anos para cima. Rede anilhada facilita, com rede malha 10, malha 11, se der um lance de quatro ou cinco toneladas, não tem como colocar para dentro da embarcação. Não existe isso, tem que ser uma rede de malha sete para cima. Quem quiser fazer com malha 7, malha 8, malha 9, malha 10, ou malha 11, que faça. Mas, hoje em dia, a capacidade



do pescador, é como se diz na história, precisa facilitar a tarefa, porque sabemos que poucos querem pescar. Na verdade, só comigo, trabalham dois senhores que têm quase 60 anos. Como é que vou trabalhar com uma rede de malha 10 ou malha 11, com o peixe na malha, e não vou poder colocar dentro do meu barco. Era isso que gostaria que todos entendessem.

PARTICIPANTE - Sobre a questão que ele falou, tem uma Portaria n. 178, de 17 de maio de 2013, ela permite a pesca da tainha com malha superior a seis centímetros. Esse custo da rede, para trocar de um ano para o outro, é inviável. Algumas dessas redes têm mais de 15 ou 20 anos. Para trocar essa malha da rede é R\$ 40 mil, R\$ 50 mil, o custo disso. Eles dão uma portaria liberando a malha 6, daqui dois anos proíbe a malha 6, malha 10, não há condições. Mas vale dizer para acabar com a pesca artesanal, ninguém mais trabalha, fica mais bonito do que proibir, do que está acontecendo.

PARTICIPANTE - O pescador não tem condições de fazer a cada portaria um tipo de rede para pescar. Nós trabalhamos nessas condições, é o que já temos. Não tem que estipular, no ano que vem vocês vão trabalhar em cima da malha 10 em diante. No outro ano que vem é acima da malha 11.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - O que nós falamos, é a questão da insegurança, criar regras, depois muda de novo a regra do jogo, não se tem segurança.

PARTICIPANTE - Além disso, referente à malha, o peixe que vai na malha, é totalmente diferente de uma rede anilhada, porque o peixe não malha. O peixe vai para o sacador... e não se vai botar a embarcação em risco e nem a tripulação. Quando a rede é de malhar, peixe malha, e fica tudo na volta da embarcação. Além disso, a embarcação fica toda trancada de rede, bota e embarcação em risco e a tripulação também. É o maior perigo, porque não consegue puxar o peixe para o outro lado. O peixe tem que botar, onde vai ficar.



Então, quem já tem a malha 10 e 11 em diante, tudo bem, e quem tem a malha sete em diante, a mesma coisa. Então, temos que trabalhar com o tipo de rede que já temos. Não tem que estipular com o que temos que trabalhar. Foi o que aconteceu conosco, então, já estipularam que tínhamos que escolher o tipo de licença. Então, não podem estipular o tipo de rede que temos que trabalhar. Temos que trabalhar com o tipo de rede que já temos, e não o que tem que ter. Uma rede dessas, para fazer, custa em torno de R\$ 50 mil. O pescador já está pelejando para trabalhar, ainda gastar de onde não tem, para trabalhar uma safra da tainha que não sabemos nem se o ano que vem ela vai passar por aqui.

Este ano foi um ano bom, então, nós dependemos do tempo, do clima. Este ano, coitados, os nossos companheiros de Garopaba vieram matar peixe na nossa região, aqui, porque deu tempo ruim, o peixe passou por lá e eles não puderam pescar. Além disso, abriu a tainha tarde, depois do dia 15 em diante para o artesanal.

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - Essa Portaria n. 178, de que ano é? Desculpa interromper.

PARTICIPANTE - Maio de 2013.

O SR. DIRETOR DO REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE (Márcio Cândido) - Maio de 2013. Nós vamos dar uma olhada nela.

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) - Senhores, o tempo já está um pouco avançado. Acho que foi uma discussão bem ampla, colhemos bastante informação, é bom ouvi-los. Às vezes, nem todos conseguem ir a Brasília para conversar. Bastante coisa foi encaminhada, aqui, esta reunião toda vai gerar um documento, também, para que possamos extrair dela alguns encaminhamentos para o ministro, que são mais prioritárias, e até mais simples, talvez, de resolver, do que imaginamos. Agradecemos a todos, pedindo que Deus nos ajude nesses encaminhamentos, e



que consigamos fazer aquilo que é necessário fazer pelo setor, e principalmente pelo nosso país.

Muito obrigado, que Deus ajude e nos abençoe!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

PARTICIPANTE - Só para finalizar, a questão da rede anilhada, quando for liberar, que não libere novamente de 1 a 10 para dividir a categoria. Que olhem aqueles 33 que ficaram de fora também. Que faça de 1 a 20. Se de 1 a 20 é artesanal, todos têm família em casa, todos são pais de família, e todos dependem da pesca da tainha.

Muito obrigado!

[Degravação: Taquigrafa Sara]

O SR. SECRETÁRIO DA PESCA (Dione Silva Santos) -
Está encerrada a reunião. [Revisão final -
Taquigrafa: Rubia]